



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE **ODIVELAS**

JULHO 2015

Volume

DECLARAÇÃO AMBIENTAL

6

## **FICHA TÉCNICA**

### **Núcleo de Coordenação:**

Engenheira Agrónoma Ana Neves Adelino  
Arquiteto Paisagista Jorge Cancela  
Arquiteta de Gestão Urbanística Rosa Silvério

### **Equipa:**

Professor Jorge Gonçalves, Licenciado em Geografia,  
Socioeconómica e Ambiente Urbano  
Arquiteto de Planeamento Urbano e Territorial Nuno Raposo,  
Ambiente Urbano  
Engenheiro do Ambiente Pedro Amorim,  
Qualidade Ambiental  
Engenheiro do Ambiente António Romão,  
Riscos Ambientais  
Engenheiro Agrónomo Vítor Paulo,  
Riscos Ambientais

## ÍNDICE

## ÍNDICE GERAL

<b>Acrónimos</b>	<b>5</b>
<b>I – DECLARAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>8</b>
1. <i>Introdução</i>	9
2. <i>Forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no PDMO</i>	9
3. <i>Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 58/2011, de 04 de maio</i>	18
4. <i>Resultados da consulta aos estados membros da união europeia Nos termos do artigo 8.º do decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 58/2011, de 04 de maio</i>	20
5. <i>Razões que fundamentaram a aprovação do Plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração</i>	20
6. <i>Medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º do decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 58/2011, de 04 de maio</i>	37

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>QUADRO 1 - Descrição dos FCD</b>	<b>11</b>
<b>QUADRO 2 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores por FCD</b>	<b>12</b>
<b>QUADRO 3 - Identificação das Entidades que constituem a CA do PDM de Odivelas, convidadas a emitir parecer, com a identificação das que efetivamente o emitiram</b>	<b>18</b>
<b>QUADRO 4 - Síntese das Questões Críticas de Sustentabilidade</b>	<b>21</b>
<b>QUADRO 5 - Síntese das Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão</b>	<b>37</b>

## Acrónimos

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica  
ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística  
AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal  
AML – Área Metropolitana de Lisboa  
ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil  
APA – Agência Portuguesa do Ambiente  
ARH – Administração da Região Hidrográfica  
AMTL – Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa  
CAC – Comissão para as Alterações Climáticas  
CCDR-LVT – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo  
DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano  
DGPC - Direcção Geral do Património Cultural  
DPH – Domínio Público Hídrico  
EEM – Estrutura Ecológica Municipal  
EN – Estrada Nacional  
ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas  
ENDS - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável  
ENEAPAI - Estratégia Nacional para Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais  
ERAE – Entidades com Responsabilidade Ambiental  
FA – Fatores Ambientais  
FCD – Fator Crítico para a Decisão  
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana  
IGT – Instrumentos de Gestão Territorial  
INAG – Instituto Nacional da Água  
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.  
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico  
INAG – Instituto Nacional da Água  
INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
OGR – Operador de Gestão de Resíduos  
ONG – Organizações Não Governamentais  
ONGD - Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento  
PNA – Plano Nacional da Água  
PBH Tejo – Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo  
PDM – Plano Diretor Municipal  
PDMO – Plano Diretor Municipal de Odivelas  
PDR - Programa de Desenvolvimento Rural – Estratégia para a Região de Lisboa e Vale do Tejo  
PEAASAR II - Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais II

PEPS - Proposta de Estratégia de Proteção dos Solos  
PNAC - Programa Nacional de Alterações Climáticas  
PNAAS - Plano Nacional de Ação, Ambiente e Saúde  
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território  
PNUEA - Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água  
POR Lisboa – Programa Operacional Regional de Lisboa  
PRN - Plano Rodoviário Nacional  
PROF-AML - Plano Regional de Ordenamento Florestal para a Área Metropolitana de Lisboa  
PROT-AML - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa  
PSP – Polícia de Segurança Pública  
QE – Questões Estratégicas  
QRE – Quadro de Referência Estratégica  
RA – Relatório Ambiental  
RDA – Relatório de Definição de Âmbito  
RAN – Reserva Agrícola Nacional  
RCD – Resíduos de Construção e Demolição  
REN – Reserva Ecológica Nacional  
REM – Rede Ecológica Metropolitana  
RFCD – Relatório de Fatores Críticos de Decisão  
RPFOP – Relatório da Proposta e Fundamentação das Opções do Plano  
RGR – Regulamento Geral do Ruído  
SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente  
SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento  
SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos  
TI – Transporte Individual  
TC – Transporte Coletivo  
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão  
SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*

## I – DECLARAÇÃO AMBIENTAL



## 1. INTRODUÇÃO

A publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, introduz no panorama do ordenamento do território a preocupação com a sua sustentabilidade ambiental e consagra a importância da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos impactos de determinados Planos e Programas no ambiente e no território. Este Decreto-Lei resulta da transposição da Directiva 2001/42/CE do Parlamento e do Conselho, de 21 de julho de 2001.

A Revisão do Plano Diretor Municipal de Odivelas (PDMO), sendo um plano municipal que estabelece o regime de uso do solo, definindo modelos de ocupação territorial, bem como de garantia da sustentabilidade socioeconómica e financeira e da qualidade ambiental, encontra-se sujeito ao processo de AAE nos termos artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 323/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

O Relatório Ambiental (RA) constitui o documento que formaliza a AAE do PDMO e a presente Declaração Ambiental (DA) foi elaborada dando cumprimento ao disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio,

A DA encontra-se estruturada de acordo com as subalíneas i) a v) da alínea b) do artigo 10º do referido diploma, constituindo uma síntese do processo para efeitos de suporte à decisão, à publicitação e à divulgação, contendo:

- A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e respectiva ponderação;
- Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º;
- As razões que levaram à aprovação do Plano, face a outras alternativas que foram sendo estudadas e apresentadas, no decurso da sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A análise deste documento não dispensa a consulta do respetivo Relatório Ambiental, já sujeito a consulta pública por parte das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e do público em geral.

## 2. FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NO PDMO

### 2.1 MÉTODO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A orientação dada pelo preâmbulo do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, refere que *“a Avaliação Ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão.”*

O grande objetivo destes instrumentos é assim estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente, contribuindo para uma melhor sustentabilidade da gestão urbana e do processo de decisão, integrando as preocupações ambientais, sociais, económicas, políticas e institucionais, nas diversas fases de preparação de determinados planos e programas.

A AAE constitui um processo contínuo e sistemático de avaliação da sustentabilidade ambiental, que se desenvolveu em simultâneo com as fases de elaboração do Plano, existindo uma contínua consulta e integração dos elementos que foram sendo produzidos, identificando, descrevendo e avaliando eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da implementação do Plano e, estabelecendo recomendações que visam minimizar os referidos efeitos.

Os principais objetivos da AAE consistem em:

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Assegurar a integração das questões ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de decisão;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação da opção selecionada, face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Detetar problemas e oportunidades, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento, bem como sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

O processo de AAE desenvolveu-se em quatro Fases, designadamente:

**1ª Fase – Definição do âmbito da AAE e do seu alcance**, que constituiu o objeto do Relatório de Fatores Críticos para a Decisão e que foi sujeito ao parecer da CA e das ERAE (nº 3 do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho);

**2ª Fase** – durante a qual foi preparada a **1ª versão do Relatório Ambiental (RA) e o RA para parecer final da CA**, elaborado de acordo com o artigo 6.º do decreto-lei n.º 232/2007 de 15 de junho de 2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2012, de 4 de maio, onde foram reunidos os resultados das avaliações ambientais realizadas.

**3ª Fase** – elaboração do **Relatório Ambiental (versão final)**, que foi preparado tendo em consideração as análises e atividades efetuadas nas 1ª e 2ª fases e os contributos obtidos através do envolvimento do público e das autoridades competentes, com relevância naquelas fases. Este RA Final acompanhou a versão final do PDMO, conforme legalmente exigido;

**4ª Fase** – após a aprovação da Proposta do Plano e do Relatório Ambiental, foi elaborada a presente **Declaração Ambiental** incluindo os elementos estipulados no artigo 10º do Decreto-lei 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2012, de 4 de maio.

## **2.2 ALCANCE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – ANÁLISE INTEGRADA POR FCD**

O estabelecimento do alcance da AAE, baseou-se na identificação das Questões Estratégicas (QE) do PDMO, na definição do respetivo Quadro de Referência Estratégico (QRE) e na análise dos Fatores Ambientais em presença.

As QE constituem os desígnios de natureza estratégica, associados ao PDMO, com vista a minimizar os condicionalismos identificados e de forma a dar cumprimento às orientações de desenvolvimento estratégico do PDMO.

As QE materializam as 3 grandes Linhas de Desenvolvimento Estratégico previstas na proposta do PDMO, designadamente:

1. Reforçar o papel de Odivelas no contexto Metropolitano
2. Qualificar Odivelas como Espaço Urbano e Humanizado
3. Afirmar Odivelas como Espaço de Oportunidade

A determinação dos FCD resultou, num primeiro momento, da interação entre os objetivos dos instrumentos que integram o QRE e das QE.

Da análise das relações existentes entre as duas componentes referidas anteriormente, e da integração dos (FA) estabelecidos pela legislação em vigor e, considerados como os mais relevantes para a avaliação, resultaram os FCD que reúnem os temas mais relevantes em termos de sensibilidade do ambiente e do território à implementação do PDMO, evidenciando os aspetos de sustentabilidade ambiental a ter em consideração e que servirão de base às tomadas de decisão.

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DOS FCD

FCD	DESCRIÇÃO
GOVERNANÇA	Avaliar o contributo da proposta do PDMO para uma melhor governança de acordo com os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia, designadamente abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência.
SÓCIOECONOMIA	Avaliar o contributo da proposta do PDMO, a nível da coesão social, do reforço da identidade e da competitividade territorial.
AMBIENTE URBANO	Avaliar o contributo da proposta do PDMO na melhoria da qualidade do ambiente urbano, no que concerne à requalificação dos espaços públicos e das edificações de carácter habitacional e patrimonial, à mobilidade, à segurança, à revitalização e à saúde humana.
PATRIMÓNIO CULTURAL	Avaliar o contributo da proposta do PDMO para a salvaguarda e valorização do património arqueológico, arquitetónico e etnográfico, elementos importantes para a identidade histórico-cultural do município.
QUALIDADE AMBIENTAL	Avaliar o contributo da proposta do PDMO na melhoria da qualidade física do ambiente nas vertentes água, ar, ruído e solo, conducentes à salvaguarda da saúde humana e ambiental.
RISCOS AMBIENTAIS	Avaliar o contributo da proposta do PDMO na prevenção e minimização de riscos ambientais nomeadamente cheias, erosão dos solos, instabilidade geotécnica, existência de pedreiras desativadas, incêndios urbanos, industriais e florestais.

Na 1ª fase da AAE, uma vez identificados os FCD, procedeu-se à identificação dos respetivos Critérios de Avaliação, Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores.

Assim sendo, e de modo a melhor informar a fase seguinte de RA, tornou-se necessário proceder à construção de uma matriz de análise integrada dos FCD's na qual se identificou, para cada um deles, **os critérios ou domínios** que permitem uma focagem temática, **os objetivos de sustentabilidade** que representam os propósitos associados a cada uma das

temáticas definidas a atingir e, por fim, estabelecer os **indicadores** de avaliação da proposta do PDMO.

Os diversos Indicadores estabelecidos para cada critério, visam quantificar, qualificar e avaliar os efeitos significativos para o ambiente e para o território, das soluções da proposta do PDMO.

QUADRO 2 - CRITÉRIOS, OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E INDICADORES POR FCD

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
GOVERNANÇA	Participação	Fomentar a participação pública	Nº e tipologia de agentes envolvidos Formas de interação Grau de influência dos agentes na decisão
	Abertura	Facilitar o acesso à informação	Locais com informação disponível (físicos e virtuais) Iniciativas de divulgação e informação
	Eficácia	Simplificação e desmaterialização de processos	Funcionalidades suportadas por novas tecnologias de comunicação e informação
	Coerência	Aumentar o rigor das localizações e, em consequência, da delimitação dos espaços	Funcionalidades suportadas por novas tecnologias de comunicação e informação
	Responsabilização	Partilha da Responsabilidade	Grau de articulação dos agentes envolvidos
SOCIOECONOMIA	Coesão social	Aumento da oferta de emprego Diminuir as assimetrias socio-territoriais Promoção dos sistemas de educação, formação e inserção profissional Criação de novos equipamentos coletivos Qualificação do parque residencial	Alunos matriculados em cursos profissionais Equipamentos dirigidos aos jovens e idosos Licenciamentos para obras de reabilitação urbana/arquitetónica Distribuição intra-concelhia dos beneficiários do RSI Não residentes empregados no Concelho Residentes empregados no Concelho
	Competitividade	Incrementar a competitividade e atratividade do município no contexto da área metropolitana Criar condições para atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas	Área disponível para acolhimento de iniciativas empresariais Peso das profissões socialmente mais valorizadas Taxa de Iniciativa empresarial Peso das empresas de I&D Variação do Índice de Poder de Compra
AMBIENTE URBANO	Requalificação	Qualificação dos espaços públicos de lazer e circulação Remoção de barreiras arquitetónicas no espaço e edifícios públicos Promoção da reabilitação habitacional e patrimonial Promover a Requalificação Urbana de áreas degradadas de risco ou de génese ilegal	Área de Espaço público – praças e arruamento – requalificado Extensão dos Percursos Acessíveis Número de espaços intervencionados na remoção de barreiras arquitetónicas Total de Licenças concedidas (edifícios) pela CM para reconstruções Total de Intervenções Urbanísticas (Reabilitação / Qualificação / Integração / Consolidação) Concluídas

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
AMBIENTE URBANO	Mobilidade	<p>Facilitar a mobilidade intra-concelhia</p> <p>Promoção dos modos suaves</p> <p>Incentivar o recurso ao TC</p>	<p>Transferência de TI para TC (%)</p> <p>Nº de nós intermodais e tipologia (diversidade) de transportes localizados</p> <p>Relação entre a Velocidade média em transporte público verificada no concelho e do concelho para Lisboa</p> <p>Níveis de Satisfação dos utilizadores de TC</p> <p>Relação entre as deslocações em transportes individual e coletivo</p> <p>Extensão de vias cicláveis e pedonais</p>
	Segurança	<p>Melhorar a visibilidade e iluminação dos espaços públicos</p> <p>Fornecer localmente informação visando a segurança no uso de equipamentos e espaços públicos.</p> <p>Demarcação dos espaços de circulação e espaços pedonais e atravessamento</p>	<p>Percentagem de equipamentos e espaços públicos cobertos por informação de segurança</p> <p>Extensão das áreas intervencionadas</p> <p>Criminalidade denunciada</p> <p>Sinistralidade registada</p>
	Revitalização	<p>Promoção das práticas culturais, de recreio e lazer</p> <p>Criação de espaços de empreendedorismo e inovação</p> <p>Reforço do tecido comercial e de restauração</p> <p>Apoio ao movimento associativo</p> <p>Estímulo ao repovoamento dos centros tradicionais</p>	<p>Frequência dos equipamentos culturais</p> <p>Participantes em eventos realizados de cariz cultural, recreativo ou de lazer</p> <p>Presença de atividades de inovação e criatividade</p> <p>Estabelecimentos de comércio a retalho e restauração, de proximidade, por 1000 hab</p> <p>Associações culturais, desportivas e recreativas com atividade regular, por 1000 habitantes.</p> <p>População residente nas áreas centrais</p>
	Saúde	<p>Limitação das fontes de poluição</p> <p>Promoção do conforto bioclimático</p> <p>Promoção de estilos de vida saudáveis</p>	<p>Espaços verdes públicos per capita</p> <p>Rácios médicos por 100 000 habitantes</p> <p>Extensão de ruas arborizadas</p> <p>Lugares de estacionamento para velocípedes</p> <p>Percentagem da população exposta a diferentes classes de níveis de ruído.</p> <p>Níveis de concentração dos poluentes SO<sub>2</sub>, NO<sub>x</sub>, Ozono e PM<sub>10</sub> no ar ambiente,</p>

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
PATRIMÓNIO CULTURAL	Património Arquitectónico e Arqueológico	<p>Financiamentos destinados à preservação e valorização do Património Arquitectónico e Arqueológico</p> <p>Investimentos na transformação do património arquitectónico e arqueológico em produto turístico</p> <p>Promover a divulgação do património cultural entre os cidadãos</p> <p>Valorização e preservação do património etnográfico</p>	<p>Imóveis classificados ou em vias de classificação</p> <p>Identificação de imóveis com interesse patrimonial</p> <p>Identificação de áreas arqueológicas</p> <p>Normas de proteção e valorização do património arquitectónico, arqueológico e etnográfico</p>
	QUALIDADE AMBIENTAL	Ar	<p>Redução da poluição do ar face ao modelo de rede viária e mobilidade</p> <p>Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa</p> <p>Reduzir a vulnerabilidade e os efeitos de alterações climáticas (de que é ex: o constrangimento do tráfego devido a condições atmosféricas extremas)</p>
Água		<p>Diminuir os níveis de poluição da água</p> <p>Aumentar a eficiência do consumo de água (ex: mediante reutilização)</p> <p>Aumentar a cobertura com tratamento de águas residuais</p> <p>Melhorar o funcionamento hidráulico e ecológico da rede hidrográfica</p> <p>Manter e recuperar processos ecológicos chave</p>	<p>Qualidade das águas superficiais das principais ribeiras</p> <p>Consumos de água pelos serviços municipais por tipologia de uso</p> <p>População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo</p> <p>População servida por sistemas de drenagem de águas residuais</p> <p>População servida por sistemas de tratamento de águas residuais</p> <p>Índice rede unitária / rede separativa de saneamento básico</p> <p>Nº de descargas de águas residuais nas linhas de água</p> <p>Extensão de linhas de água artificializadas</p> <p>Taxa de requalificação / implementação da galeria ripícola ao longo das linhas de água</p>
	Ruído	<p>Contenção e redução dos níveis de exposição da população ao ruído ambiente exterior</p>	<p>Percentagem de área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas expostas a níveis sonoros superiores aos valores limite de exposição</p> <p>Percentagem da população exposta a diferentes classes de níveis de ruído</p>

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
QUALIDADE AMBIENTAL	Solo	<p>Criação de um sistema hierarquizado de espaços públicos</p> <p>Irradicação de depósitos ilegais de resíduos</p> <p>Constituição da Estrutura Ecológica Municipal</p> <p>Aumentar os Espaços Verdes Urbanos</p> <p>Salvaguarda das áreas com “valor ecológico”</p>	<p>Relação entre espaço público e espaço privado</p> <p>Área de depósito de resíduos</p> <p>Densidade populacional (hab/ha)</p> <p>Percentagem de áreas que integrem a Estrutura Ecológica Municipal</p> <p>Percentagem de áreas permeáveis no concelho</p> <p>Áreas verdes per capita</p> <p>Áreas de usos compatíveis com elevado “valor ecológico” dos solos</p> <p>Exclusão de áreas de RAN e REN</p>
	RISCOS AMBIENTAIS	Riscos Ambientais	Implementar a Carta de Riscos Ambientais e do Plano Municipal de Emergência
Cheias		Prevenir e mitigar a ocorrência do risco de cheia (ex: aumentar os níveis de proteção do solo)	Área cartografada inundada, por bacia / sub-bacias, em cheias de períodos de retorno de 25, 50, 100 e 500 anos
Erosão e Aluimentos		<p>Prevenir e mitigar a ocorrência dos riscos de erosão e deslizamentos, mediante:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Práticas adequadas de utilização e conservação do solo</li> <li>▪ Aumentar os níveis de proteção do solo</li> </ul>	Evolução da área construída em zonas de risco geotécnico
Sismos		Mitigar as consequências da ocorrência de um evento Sísmico, mediante condicionamento de construção em áreas sujeitas a processos de liquefação	Evolução da área construída em zonas de risco geotécnico
Incêndios		Prevenir e mitigar as consequências da ocorrência de Incêndios	<p>Nº de incêndios florestais ocorridos anualmente</p> <p>Área ardida (incêndios florestais) anualmente</p> <p>Nº de incêndios florestais ocorridos anualmente, implicando afetação de edificações</p>
Riscos Tecnológicos		Prevenir e mitigar as consequências da ocorrência de acidentes com matérias perigosas e em antigas pedreiras	<p>Evolução do nº de instalações de armazenagem e de abastecimento afetadas a gases de petróleo liquefeitos, combustíveis líquidos e outros produtos derivados do petróleo, em Áreas Sujetas a Prevenção de Riscos</p> <p>Evolução da área sujeita a intervenções de requalificação de antigas pedreiras</p>

## 2.3 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO – AVALIAÇÃO POR FCD

Da avaliação estratégica do PDMO e atendendo aos conteúdos documentais do Plano, ressaltaram os seguintes aspectos relevantes, de acordo com os temas (FCD) e objetivos de sustentabilidade preconizados:

### FCD Governança

- Interiorização deste conceito de governabilidade no Município de Odivelas, nomeadamente ao nível dos procedimentos administrativos e da estrutura orgânica do executivo municipal;
- A governança foi assumida pelo executivo como uma potenciação na definição da estratégia para o desenvolvimento municipal, devendo assumir igual relevância na fase de implementação e seguimento do PDMO, resultando num amadurecimento gradual da “cultura participativa”;
- A instituição de “política de boa governança” no processo de planeamento e na definição de prioridades e de domínios de ação na definição da estratégia para o desenvolvimento municipal, consubstancia-se em:
  - participação – envolvimento de todos os intervenientes no processo de planeamento (autarquia, equipa técnica, organizações e população local);
  - abertura e transparência - disponibilização da informação e divulgação de todas as decisões e fases do processo da elaboração do PDMO;
  - eficácia – divulgação e disponibilização da informação na página da internet e nas redes sociais, é o mesmo meio privilegiado para a colaboração;
  - coerência - por parte da equipa técnica na definição da estratégia espacial de ordenamento, incorporando as opiniões e as prioridades de intervenção transmitidas pelos restantes agentes envolvidos;
  - co-responsabilização dos diversos intervenientes envolvidos - no decurso da discussão e da tomada de decisão em coletivo, e consciencialização de todos no papel que desempenham neste processo de planeamento e gestão integrada.

### FCD Sócioeconomia

- Correção de algumas das fragilidades existentes em matéria de coesão social (assimetrias sócio-territoriais e recuperação de algumas áreas degradadas);
- Maior densidade de equipamentos, tendo em vista a qualificação da população residente e a significativa diminuição do abandono escolar precoce;
- Grande esforço concentrado em resolver os últimos focos existentes de habitação degradada;
- Promoção e capacidade da atração de investimentos e emprego, que conduzirão à redefinição do paradigma da oferta empresarial;
- Criação de novos espaços verdes capazes de acolher actividades de recreio e lazer;
- Fixação de atividades ligadas à indústria e serviços de base tecnológica e inovadora (Pólo Empresarial da Paiã);
- Potenciação de uma área de desenvolvimento turístico (Núcleo Antigo e toda a Vila de Caneças).



### **FCD Ambiente Urbano**

- A requalificação urbana só será possível com a beneficiação do que nunca foi qualificado, com a integração em estratégias metropolitanas e com a humanização dos espaços públicos;
- Propostas de conexão inter e intra concelhias promoverão melhorias na unificação e na conectividade urbana, de forma a alcançar a qualificação territorial;
- Beneficiação ao nível da rede viária, poderá garantir uma maior facilidade de utilização do transporte individual para Lisboa e atrair um maior atravessamento do concelho;
- Necessidade do PDMO em focar a política de transportes na qualificação da mobilidade, assente numa lógica de priorização do Transporte Coletivo face ao Transporte Individual, em estreita articulação com a programação do uso do solo;
- A capacidade de enfrentar e mitigar as questões da insegurança que ainda existem, permitirão a promoção de um território mais vivido e humanizado.

### **FCD Património Cultural**

- Valorizar os elementos patrimoniais de referência supra concelhia;
- Valorização das zonas de interesse histórico e dos espaços de identidade local, enquadrados numa política de gestão dos imóveis e dos conjuntos;
- Valorização dos elementos de lazer e cultura, que integram ações de valorização patrimonial;
- A sistematização e actualização da informação referente ao património Arquitetónico e Arqueológico existente, constitui uma maisvalia que deverá ser perpetuada, durante a implementação do Plano.

### **FCD Qualidade Ambiental**

- As propostas associadas à revisão do PDMO, serão suscetíveis de originar efeitos positivos ao nível:
  - da qualidade do ar decorrente da melhoria da oferta de transportes públicos, aposta na mobilidade não motorizada, qualificação de áreas degradadas e industriais, criação de estrutura ecológica municipal na envolvente às principais vias de acesso e linhas de água;
  - da qualidade das águas superficiais mediante a melhoria das infra-estruturas de água e saneamento e recuperação das principais linhas de água;
  - do ambiente sonoro conforme previsto na regulamentação do ruído;
- Empreendimento de esforços significativos no domínio específico da gestão de resíduos, tendo em vista a valorização do espaço público;
- Criação de um sistema hierarquizado e contínuo de espaços públicos (Bolsa Municipal de Solos e sistemas locais de espaços públicos);
- Constituição de uma Estrutura Ecológica Municipal.

### **FCD Riscos Ambientais**

- Para as Zonas Inundáveis, não é proposta pelo PDMO, áreas de solos urbanizável;
- Proposta de renaturalização das Zonas Inundáveis, que deverão funcionar como âncora paisagística, em parte das zonas ribeirinhas do Concelho;
- Definição de normativas em sede de regulamento para as áreas edificadas em zonas de risco de erosão e de aluimentos;
- Estabelecimento de ações de gestão do risco sísmico e do risco inerente aos incêndios urbanos e incêndios florestais;
- Estabelecimento de ações preventivas e correctivas de possíveis situações susceptíveis de riscos tecnológicos.

### **3. OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA REALIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 58/2011, DE 04 DE MAIO**

Para dar resposta ao disposto no número 3 do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 04 de maio, antecedendo o período de Consulta Pública, a entidade responsável pela elaboração do PDMO, promoveu a Consulta às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE), que foram convidadas a pronunciarem-se sobre o RA, mediante emissão de parecer. No Relatório Ambiental Final foi efectuada uma avaliação do processo de consulta do RA e a análise dos pareceres recebidos.

No quadro seguinte encontram-se elencadas as ERAE que foram convidadas a emitirem parecer, durante o processo de elaboração da AAE do PDMO nos vários momentos previstos ao longo do processo, respetivamente, ao Relatório de Fatores Críticos para a Decisão e ao Relatório Ambiental (nas várias versões).

QUADRO 3 - ERAE CONVIDADAS A EMITIR PARECER

Constituição da CA
1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT)
2. Câmara Municipal de Odivelas
3. Assembleia Municipal de Odivelas
4. Agência Portuguesa do Ambiente (APA) / Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH Tejo)
5. Instituto da Conservação na Natureza e das Florestas (ICNF)
6. Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT)
7. Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)
8. Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT)
9. Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
10. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
11. Turismo de Portugal
12. Ministério da Defesa Nacional – Direcção Geral de Armamento e Infra-estruturas de Defesa
13. Ministério da Economia e Inovação – Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo
14. Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias (InIR)
15. REN – Rede Eléctrica Nacional
16. EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres

Constituição da CA
17. SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e do Trancão
18. EDP – Distribuição, Energia S.A.
19. Câmara Municipal da Amadora
20. Câmara Municipal de Lisboa
21. Câmara Municipal de Sintra

Entidades Externas às CA convidadas a emitir parecer
22. ANA – Aeroportos de Portugal
23. Autoridade Nacional de Comunicações
24. ARS-LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
25. Centro Distrital de Segurança Social
26. Direção-Geral de Energia e Geologia
27. Instituto Geográfico Português
28. Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo
29. Estradas de Portugal
30. Instituto de Desporto de Portugal
31. Instituto Nacional para a Reabilitação
32. INAC- Instituto Nacional da Aviação Civil
33. LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa
34. Metropolitano de Lisboa
35. LNEG- Laboratório Nacional de Energia e Geologia

A ponderação dos contributos das ERAE, encontram-se nos Anexos da versão final do RA.

Após a análise dos conteúdos dos pareceres recepcionados, foi efectuada a sistematização dos contributos emitidos, que genericamente se enquadram, nas questões temáticas seguidamente apresentadas:

- Inclusão de instrumentos no Quadro de Referência Estratégica;
- Aferição da análise dos FA;
- Aferição de critérios e indicadores dos FCD;
- Aferição dos conteúdos da avaliação por FCD no âmbito das oportunidades e riscos;
- Integração/ alteração de Medidas e Recomendações ao Planeamento e Gestão e ao Seguimento;
- Integração/ alteração das entidades no Quadro de Governança;

- Programa de Seguimento pragmático e verificável;
- Inclusão de metas a atingir no Programa de Seguimento.

As questões temáticas acima referidas, foram disponibilizadas a toda a equipa do Plano e integradas articuladamente nas versões finais do RA e da Proposta de PDMO.

#### **4. RESULTADOS DA CONSULTA AOS ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º DO DECRETO- LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 58/2011, DE 04 DE MAIO**

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio, prevê a consulta dos Estados membros da União Europeia sempre que o plano ou programa em elaboração seja suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado membro.

Considerando a área de intervenção da Revisão do PDMO, este plano não é suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado membro da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta prevista no artigo 8.º do Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio.

#### **5. RAZÕES QUE FUNDAMENTARAM A APROVAÇÃO DO PLANO À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO**

Uma AAE pressupõe o estudo de alternativas que auxiliem o processo de planeamento e de tomada de decisão, e que permitam a identificação de oportunidades de acção e o estabelecimento de medidas, que evitem ou reduzam, os efeitos negativos que possam advir dessas opções.

Durante a elaboração da presente AAE foi efectuada a avaliação e comparação de cenários, sendo que o **Cenário 1** constituiu a evolução expectável do município de Odivelas na ausência do Plano que se designou por **Análise da Situação Atual**, para cada FCD e o **Cenário 2** constituiu a **Análise das Oportunidades e Riscos**, também por FCD, das tendências evolutivas expectáveis para o município, com a implementação do PDMO.

No quadro que se segue, apresenta-se a síntese da análise comparativa entre o Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO) e Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expectáveis (com a implementação do PDMO), que constituem as Questões Críticas de Sustentabilidade para a totalidade dos FCD.

QUADRO 4 - SÍNTESE DAS QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
GOVERNANÇA	Participação	Nº e tipologia de agentes envolvidos	A interatividade do processo de planeamento e o envolvimento dos interessados em diversas áreas, estabelecendo associações para um mesmo objetivo, constituem as suas características mais relevantes.	A governança foi assumida pelo executivo como uma potenciação na definição da estratégia para o desenvolvimento municipal.
		Formas de interação	Os cinco princípios fundamentais da governança, participação, abertura, eficácia, coerência e responsabilização, foram assumidos como os critérios de sustentabilidade da AAE.	Na elaboração do PDMO, a promoção e interiorização da Governança assumiu uma enorme relevância, no processo de planeamento e na definição de prioridades e de domínios de ação na definição da estratégia para o desenvolvimento municipal:
		Grau de influência dos agentes na decisão	No município de Odivelas, verifica-se a interiorização deste conceito de governabilidade, em particular ao nível dos procedimentos administrativos e da estrutura orgânica do executivo municipal, nomeadamente aos seguintes níveis:	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a <b>participação</b> está presente desde o primeiro momento, uma vez que foram envolvidos todos os intervenientes no processo de planeamento (autarquia, equipa técnica, organizações e população local), que tiveram uma atitude ativa na análise das potencialidades e na definição dos objetivos subjacentes às grandes Linhas de Desenvolvimento Estratégico do Concelho</li> </ul>
	Abertura	Locais com informação disponível (físicos e virtuais)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>participação</b> e responsabilização com a elaboração e definição do orçamento participativo, em que os atores locais são convidados a intervir no estabelecimento de prioridades de aplicação dos investimentos públicos municipais, participando no processo de decisão. A adesão do município à Rede Social tem fomentado a "cultura de participação", uma vez que este projeto de planificação estratégica da intervenção social local pretende impulsionar o trabalho de parceria alargado entre entidades públicas e privadas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a <b>abertura</b> e transparência, por parte da Câmara ao procurar envolver todos os intervenientes, através da disponibilização da informação e divulgação de todas as decisões e fases do processo da elaboração do PDMO, em diferentes meios de comunicação</li> </ul>
		Iniciativas de divulgação e informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>abertura</b> e transparência que passam pela divulgação de iniciativas, programas e projetos realizados pelo município, através da disponibilização da informação na página de Internet e nas suas publicações. Também o recurso às funcionalidades presentes das redes sociais, designadamente facebook, twitter e flickr, têm possibilitado a criação de espaços de divulgação das diversas iniciativas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a <b>eficácia</b>, na forma como é divulgada e disponibilizada a informação na página da internet e nas redes sociais, é o mesmo meio privilegiado para a colaboração</li> </ul>
	Eficácia	Funcionalidades suportadas por novas tecnologias de comunicação e informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>eficácia</b> e simplificação de procedimentos, disponibilizando na página de Internet formulários dos mesmos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a <b>coerência</b>, por parte da equipa técnica na definição da estratégia espacial de ordenamento, incorporando as opiniões e as prioridades de intervenção transmitidas pelos restantes agentes envolvidos.</li> </ul>
Coerência	Funcionalidades suportadas por novas tecnologias de comunicação e informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>coerência</b>, enquanto forma de garantir que por parte das instituições/organismos, as abordagens são comuns e coerentes no âmbito de sistemas mais ou menos complexos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a <b>co-responsabilização</b> dos diversos intervenientes envolvidos, passa pela sua integração e interação, no decurso da discussão e da tomada de decisão em coletivo, e pela consciencialização de todos no papel que desempenham neste processo de planeamento e gestão integrada.</li> </ul>	
	Responsabilização	Grau de articulação dos agentes envolvidos	<p>Um dos principais problemas verificados é a necessidade expressa pela população da existência de espaços livres que potenciem a cidadania, a identidade cultural e as práticas de desporto e lazer.</p> <p>Estes espaços são quase inexistentes, devido à massiva ocupação do território municipal que resultaram na atual escassez do recurso solo no Concelho, sendo a sua gestão e aquisição por parte da Câmara difíceis e delicadas, constituindo uma das principais preocupações do executivo.</p>	<p>A Governança deverá continuar a assumir igual relevância na fase de implementação e seguimento do PDMO, assim como nas ações de gestão municipal e nas tomadas de decisão, denotando um amadurecimento gradual da "cultura participativa".</p>

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
SOCIOECONOMIA	Coesão social	Alunos matriculados em cursos profissionais	As dimensões críticas da coesão social, centram-se no emprego, na correção das assimetrias sócio espaciais, na promoção do potencial humano e no alargamento do leque das respostas sociais.	Qualificar o Concelho tanto numa perspetiva urbana como humana, contribuirá para a correção de algumas das fragilidades existentes em matéria de coesão social, designadamente as assimetrias sócio-territoriais e a recuperação de algumas áreas degradadas.
		Equipamentos dirigidos aos jovens e idosos	Associada a estes fatores, está naturalmente a habitação como um dos principais cimentos da coesão social. O perfil de evolução e de transformação do parque habitacional, seguiu um padrão semelhante a outros territórios situados na primeira coroa de expansão da AML, que se prendeu com o envelhecimento e o esvaziamento das habitações em freguesias mais consolidadas.	A coesão social é uma meta, existindo âncoras que a podem acelerar como a criação de emprego já que através dele se proporciona uma mais eficaz integração social e uma eficiência acrescida na redistribuição da riqueza. O contexto de crise e a demora na retoma esperada, não são favoráveis à sua concretização, mas devem ser estimuladas medidas de reforço do empreendedorismo e do investimento de modo a contorná-las.
		Licenciamentos para obras de reabilitação urbana/arquitetónica	É o seguinte o panorama habitacional atual:	A diminuição dos beneficiários do RSI e o aumento do emprego na esfera produtiva, serão certamente efeitos positivos desta mudança.
		Distribuição intra-concelhia dos beneficiários do RSI	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fragilidades sociais e necessidades de realojamento para indivíduos a habitar em situações precárias</li> <li>▪ Processo de intenso crescimento urbano, decorrendo em problemas de construções clandestinas, défices ao nível dos equipamentos coletivos, etc</li> <li>▪ Densidade populacional cerca de 6 vezes superior à média da AML</li> </ul>	Outra das âncoras eficazes é a educação, e para ela é esperada uma maior densidade de equipamentos visando a qualificação da população residente e, sobretudo, estancar o abandono escolar precoce.
		Indivíduos empregados no Concelho	<p>O mercado de arrendamento em Odivelas, atualmente em fase de expansão, apresenta metade do seu parque residencial com rendas inferiores a 60 euros, evidenciando situações de degradação e necessidade urgente de obras.</p> <p>Esta realidade tem implicações diretas no potencial humano identificado em Odivelas e até na sua distribuição, apresentando uma redução progressiva da estrutura etária com aumento do peso dos idosos e diminuição proporcional de jovens.</p> <p>Atraídos pelas maiores disponibilidades em áreas urbanizáveis, os novos residentes tendem a fixar-se sobretudo nas freguesias da Ramada, Famões e Caneças, com impactos naturais na formulação das políticas municipais dirigidas aos transportes, equipamentos e espaços públicos, reforçando o desafio do despovoamento dos centros tradicionais.</p> <p>Quanto ao potencial humano, apenas 13% da população detém ou frequenta o ensino secundário/superior refletindo um abandono escolar precoce.</p> <p>No que se refere à rede de equipamentos verifica-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ boa cobertura da rede de equipamentos escolares</li> <li>▪ défice na oferta de equipamentos dirigidos à primeira infância e à terceira idade</li> <li>▪ carência em equipamentos de saúde e desporto.</li> </ul>	É esperado um grande esforço para resolver os últimos focos de habitação degradada, numa lógica pós-PER, seguindo os princípios defendidos pelo Plano Estratégico da Habitação 2008-2013.
		Residentes empregados no Concelho		

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
SOCIOECONOMIA	Competitividade	Área disponível para acolhimento de iniciativas empresariais	A AML é a região mais competitiva do país em linha com o emprego gerado e o produto obtido, para além da capacidade de internacionalização que revela. Odivelas vê no entanto o objetivo de ganhar espaço no campo económico dificultado pela presença de um território muito comprometido do ponto de vista urbano e de uma população a exigir uma qualificação dos seus níveis académicos e profissionais. Manifesta-se ainda uma economia informal significativa, exercida em particular nas AUGI.	As Linhas Estratégicas de Desenvolvimento apontam para a promoção de uma maior visibilidade e capacidade de atração de investimentos e emprego, conduzindo à redefinição do paradigma da sua oferta empresarial, passando de uma esfera dominada pela oferta local para um outro patamar, onde se joga a atração de atividades secundárias e terciárias qualificadas, aproveitando o renovado quadro de acessibilidades.
		Peso das profissões socialmente mais valorizadas	Sublinha-se o significativo crescimento da população em idade ativa, o que revela uma elevada disponibilidade de recursos humanos à escala concelhia e metropolitana. Mesmo sabendo que os dados se referem à população residente e não à população que efetivamente trabalha no Concelho, é relevante constatar que 3/4 da população ativa se encontra empregada no comércio e serviços e a restante no setor secundário.	Neste contexto, surge a proposta de um Parque de Ciência e Tecnologia, integrando uma Área de Localização Empresarial (320 ha). Esta conjuga-se com espaços verdes capazes de acolher atividades de recreio e lazer e, em simultâneo, com a Cidade de Odivelas. As atividades a privilegiar na sua fixação são as ligadas à <i>indústria</i> e serviços de base tecnológica e inovadora, preferencialmente vocacionadas nos sectores dominantes ou clusters emergentes na AML.
		Taxa de Iniciativa empresarial	Pelos níveis académicos identificados e o perfil de atividades dominantes em termos de emprego, a atual situação de vulnerabilidade económica que afeta o mundo empresarial é especialmente penalizadora para os recursos humanos, manifestando-se no aumento significativo da taxa de desemprego em ambiente de crise.	Outra das propostas presente no PDMO é a do Pólo Empresarial da Paiã, que integra a UOPG 01 – Quinta da Paiã, como objetivo geral de “desenvolver um grande espaço dedicado a interesses e usos públicos, de nível municipal ou supramunicipal, próprios de um espaço aberto tratado e naturalizado, preservando os espaços ecologicamente mais sensíveis para funções ligadas às atividades agrícolas e ecológicas de proteção e enquadramento paisagístico, bem como equipar o espaço para funções pedagógicas, recreio, lazer e desporto ao ar livre, ...”, no sentido de criar uma ligação com os espaços de utilização idêntica a criar na Quinta dos Cedros (UOPG 12)”. Desta forma as áreas vitais do PROT-AML foram respeitadas e tomadas em consideração no PDMO.
		Peso das empresas de I&D	A insipiência da estrutura empresarial, assente no comércio e serviços e em atividades secundárias com dificuldade de afirmação, num espaço urbano a exigir reestruturação, merecendo uma atenção particular nas políticas territoriais, garantindo a possibilidade de reestruturação económica a partir de novas e qualificadas localizações empresariais, do quadro de acessibilidades e ainda da disponibilidade em recursos humanos.	Todavia a competitividade não se faz apenas com base em unidades industriais ou de serviços de base tecnológica, existindo um mercado potencial para o consumo turístico. Está prevista uma área de desenvolvimento turístico – O Núcleo Antigo e toda a Vila de Caneças - complementada pela oferta dos seguinte produtos:
		Varição do Índice de Poder de Compra		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ restauração e gastronomia</li> <li>▪ rede de espaços públicos de estadia e recreio e de percursos</li> <li>▪ roteiro das Fontes Tradicionais de Caneças e classificadas como interesse municipal;</li> <li>▪ património paisagístico da zona florestal a norte da freguesia com condições para atividades turísticas de recreio e lazer;</li> <li>▪ reabilitação das Quintas ainda existentes para usos de turismo de residência ou habitação em ambiente rural.</li> </ul>

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
AMBIENTE URBANO	Requalificação	Área de Espaço público – praças e arruamento – requalificado	<p>A requalificação urbana deve ser abordada tendo em conta duas diretrizes, a Externa e a Interna.</p> <p><b>Diretriz Externa</b> (a situação à luz do contexto político global e do enquadramento regional-metropolitano):</p> <p>É sobejamente reconhecida a matriz do “desenvolvimento” urbano do Concelho de Odivelas e da AML, que evidencia a desqualificação urbana.</p> <p>Apresentando uma lógica eminentemente metropolitano-nacional, é nessa lógica que devem ser desencadeados os mecanismos de (re)qualificação do Concelho, por forma a ultrapassar os graves problemas urbanos (falta de conectividade interna e externa, ausência e/ou insignificância de matrizes urbanas estruturantes, perda de identidade dos diversos núcleos urbanos e desenraizamento cultural das populações, mau dimensionamento e/ou irrelevância urbanística do sistema de espaços públicos,...) que só podem ser resolvidos numa lógica nacional de políticas de ordenamento do território e numa lógica regional de estratégia de intervenção na AML.</p> <p><b>Diretriz Interna</b> (uma interna ao presente estudo – a situação atual à luz dos objetivos de sustentabilidade a alcançar):</p> <p>A débil estrutura de circulação rural e a transição, em curso, para a lógica de um sistema metropolitano articulado, acarreta a existência de muitos conflitos urbanos que são próprios dos momentos de mudança de paradigma.</p> <p>A mesma estrutura rural existente não valorizava o lazer como elemento determinante no quotidiano dos habitantes. Essa valorização ou melhor a democratização do lazer, tem vindo a afirmar-se como fundamental à melhoria da qualidade de vida das populações</p> <p>As barreiras arquitetónicas apresentam-se como mais uma problemática presente no município de Odivelas, cujas recentes alterações legislativas e a noção dos decisores sobre a repercussão positiva da intervenção ao nível da sua supressão, tem vindo a alterar favoravelmente o panorama futuro.</p> <p>No que respeita à promoção da reabilitação habitacional e patrimonial, Odivelas tem necessidades específicas ao nível da requalificação urbana de áreas degradadas, onde se incluem áreas em situação de risco e/ ou de génese ilegal que se consideram fazer parte do desígnio mais lato da reabilitação. A intervenção em núcleos como Odivelas ou Caneças ,ou a visão holística do património a salvaguardar e valorizar, são conceitos fundamentais na política de regeneração urbana.</p>	<p>Odivelas tem de encontrar, para muitos dos seus espaços urbanos, uma estratégia de desenvolvimento que passe pela resolução de problemas e de características que nunca permitiram que o espaço urbano se qualificasse. Assim, a humanização do espaço urbano é uma ambição legítima e absolutamente necessária, sem a qual será inviável o passo da requalificação.</p> <p>A equipa do PDMO interiorizou que a requalificação urbana só é possível com a qualificação do que nunca foi qualificado e com a integração em estratégias metropolitanas.</p> <p>No domínio da estrutura e da forma urbana, a proposta do PDMO propõe um conjunto tipificado de intervenções de acordo com zonas homogéneas do ponto de vista urbanístico. Da análise das malhas urbanas e centralidades presentes, resultam um conjunto de propostas de conexão inter e intra concelhias, cuja concretização pode contrariar o atual diagnóstico de fragmentação e de fraca conectividade urbana, visando a qualificação territorial no seu âmbito mais alargado.</p>
		Extensão dos Percursos Acessíveis		
		Número de espaços intervencionados na remoção de barreiras arquitetónicas		
		Total de Licenças concedidas (edifícios) pela CM para reconstruções		
		Total de Intervenções Urbanísticas (Reabilitação / Qualificação / Integração / Consolidação) Concluídas		



FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
AMBIENTE URBANO	Mobilidade	Transferência de TI para TC (%)	<p>O concelho de Odivelas configura em termos de mobilidade uma situação metropolitana periférica, revelando um elevado número de deslocações pendulares para Lisboa, 25% superior às deslocações internas. Este valor é agravado pela tendência de crescimento da mobilidade verificada, pela prevalência do peso do transporte individual em automóvel e pelo saldo negativo nas deslocações para os concelhos envolventes – Loures, Amadora e Oeiras.</p> <p>Esta situação foi proporcionada pelos investimentos em grandes infraestruturas rodoviárias e pelo atraso na oferta de soluções de transportes coletivos, devidamente articuladas com as necessidades das populações.</p> <p>Atualmente, a mobilidade em Odivelas é essencialmente rodoviária, tanto gerada no próprio concelho como provocada pelo seu atravessamento, agravando a qualidade de vida e congestionando os centros urbanos.</p> <p>Ao nível interno, o sistema viário apresenta diversas descontinuidades e estrangulamentos e é perturbado pelo efeito túnel induzido pelas macro acessibilidades. De igual modo, a integração urbana das atuais centralidades é afetada por estes efeitos que distorcem a acessibilidade local.</p>	<p>A melhoria da acessibilidade, a geração de alternativas de transportes e a sua articulação com a programação do solo, propiciam um ambiente favorável à qualificação do espaço urbano, em especial no âmbito local, assim como a fixação de atividades polarizadoras, dinamizadoras do sistema de transportes.</p> <p>A melhoria da mobilidade pode ser traduzida qualitativamente, pela diversificação e articulação dos modos de transportes, ao que corresponderá uma maior eficiência e menor impacto provocado pelas deslocações pendulares. Pode também ser traduzida quantitativamente, através do aumento do número de deslocação, ao que corresponderá um potencial agravamento da dependência a Lisboa.</p> <p>Com efeito, a beneficiação preconizada ao nível da rede viária pode gerar uma maior facilidade de utilização do transporte individual para Lisboa e atrair um maior atravessamento do concelho, oriundo dos territórios a norte, com eventual prejuízo para a afirmação de novas centralidades em Odivelas, face ao contexto metropolitano.</p> <p>Desta incerteza reforça-se a necessidade do PDMO focar a política de transportes na qualificação da mobilidade assente numa lógica de priorização do TC face ao TI, e em estreita articulação com a programação do uso do solo.</p> <p>As opções traçadas na proposta do PDMO serão por si só insuficientes, uma vez que dependem de fatores externos, designadamente das opções nos transportes e estacionamento da região e, em especial, de Lisboa.</p>
		Nº de nós intermodais e tipologia (diversidade) de transportes localizados		
		Relação entre a Velocidade média em transporte público verificada no concelho e do concelho para Lisboa		
		Níveis de Satisfação dos utilizados de TC		
		Relação entre as deslocações em transportes individual e coletivo		
	Segurança	Extensão de vias cicláveis e pedonais	<p>Cerca de 1/4 da criminalidade registada incide no crime contra pessoas, enquanto a média sub-regional ronda 1/5. Por oposição, o crime contra o património é em Odivelas menos relevante, mas ainda assim corresponde a mais de metade do total.</p> <p>A sua solução resulta de uma composição híbrida entre a intervenção na segurança pública, dimensão social e económica e ainda na melhoria de condições de visibilidade e iluminação.</p>	<p>Emergem oportunidades para Odivelas como espaço urbano e humanizado e Odivelas como espaço de oportunidade, a partir da correção do atual quadro de (in) segurança.</p> <p>Só o enfrentamento e mitigação das questões de insegurança permitirão a promoção de um território mais vivídeo e humanizado, reconhecido pela sua qualidade de vida.</p>
		Percentagem de equipamentos e espaços públicos cobertos por informação de segurança		
		Extensão das áreas intervencionadas		
		Criminalidade denunciada		
		Sinistralidade registada		

FCO	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
AMBIENTE URBANO	Revitalização	Frequência dos equipamentos culturais	Os recentes investimentos em equipamentos culturais, a densificação da programação de eventos e os projetos no âmbito da oferta de espaços qualificados para o investimento produtivo, deixam antever uma possibilidade efetiva de mudança. Todavia, estes correm a par de riscos situados em domínios também eles sensíveis para a revitalização, como o aumento de fogos desocupados no centro das freguesias mais centrais e uma correlativa perda de procura do comércio de proximidade, dada a oferta expressiva nos grandes equipamentos comerciais.	A revitalização assente na ampliação da relevância da oferta cultural e do lazer, em parte relacionada com o movimento associativo, tem uma conhecida capacidade de reconfigurar centralidades territoriais. A sua assunção no quadro da proposta do PDMO mostra bem as oportunidades que se abrem em todas as Linhas Estratégicas do Plano e o contributo que pode fornecer para um território renovado.
		Participantes em eventos realizados de cariz cultural, recreativo ou de lazer		
		Presença de atividades de inovação e criatividade	A revitalização não confere só uma melhoria assinalável no quadro de vida de residentes e demais utilizadores, como é uma ferramenta de grande eficácia na reconstrução da imagem urbana, projetando conceitos de animação, inovação e qualificação. A participação em movimentos associativos (existem cerca de 197) e o investimento em cultura, são indicadores interessantes para aferir a valorização desta dimensão de intervenção. Odivelas revela uma matriz associativa interessante que, no entanto, será conveniente dinamizar no sentido de atrair mais residentes, alargar o seu leque de oferta de atividades, renovar a capacidade de atração sobre a população local.	
		Estabelecimentos de comércio a retalho e restauração, de proximidade, por 1000 hab	A avaliação do envolvimento da população nas iniciativas de natureza cultural e recreativa e o investimento feito pela administração local, coloca Odivelas normalmente com valores baixos, face aos demais concelhos da AML.	
		Associações culturais, desportivas e recreativas com atividade regular, por 1000 habitantes.	Quando nos referimos à publicação e circulação de periódicos, Odivelas volta a revelar valores bastante mais baixos, do que a generalidade dos concelhos da AML.	
		População residente nas áreas centrais	Na avaliação da quantidade de recintos e frequência dos espetáculos ao vivo, das galerias de arte e outras manifestações culturais e recreativas, Odivelas regista índices baixos e um débil dinamismo, quando comparado com concelhos semelhantes na AML. Atualmente a restauração e o comércio respondem a necessidades de uma população residente ou de passagem e só residualmente a indivíduos aí empregados, por ser um universo ainda em crescimento.	

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
AMBIENTE URBANO	Saúde	Espaços verdes públicos per capita	<p>No domínio da saúde, que satisfaz as necessidades básicas das populações, verifica-se o afastamento de alguns valores da referência assumida para o todo nacional. É isso que acontece para o número de médicos por 100 000 habitantes onde a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2015 coloca a meta nos 350 médicos e o Concelho de Odivelas fica-se pelos 220.</p> <p>Em farmácias e postos, o Concelho regista uma densidade de 20 unidades por 100 000 habitantes, complementada pela presença de dois centros de saúde em Odivelas e Pontinha e 7 extensões.</p> <p>O Concelho de Odivelas denota carências preocupantes no que respeita a alguns requisitos de vida saudável, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ degradação da qualidade do ar e do ambiente sonoro na envolvente às principais vias de tráfego e ao nível dos centros urbanos;</li> <li>▪ reduzido número de áreas verdes e de espaços públicos qualificados;</li> <li>▪ deficiente rede de equipamentos culturais e de lazer;</li> <li>▪ carência de equipamentos desportivos.</li> </ul>	<p>A existência de condições adequadas na oferta de serviços de saúde e o seu funcionamento adequado, reservam para os territórios ganhos de atratividade e de autoestima muito significativos.</p> <p>A saúde é associada, talvez mais que outras dimensões, à qualidade dos contextos urbanos e territoriais em geral, apresentando-se com maior intensidade quando se trata de transformar o Concelho num espaço de oportunidade, sabendo que este aspeto é especialmente atrativo para criar novas dinâmicas e quando se trata de qualificar Odivelas, como espaço urbano e humanizado.</p> <p>A promoção da saúde tem por um lado a vertente dos cuidados de saúde propriamente ditos, mas tem também uma lógica da prevenção alicerçada na valorização de hábitos saudáveis tendentes a fomentar novos comportamentos, limitar emissões gasosas, reduzir fontes de ruído, etc.</p>
		Rácio médicos por 100 000 habitantes		
		Extensão de ruas arborizadas		
		Lugares de estacionamento para velocípedes		
		Percentagem da população exposta a diferentes classes de níveis de ruído.		
		Níveis de concentração dos poluentes SO2, NOx, Ozono e PM10 no ar, ambiente		
PATRIMÓNIO CULTURAL	Património Arquitetónico e Arqueológico	Imóveis classificados ou em vias de classificação	<p>O património cultural existente no concelho de Odivelas e disseminado pelas freguesias, é composto por património classificado ou em vias de classificação, bem como por outro não classificado mas considerado relevante, inserido ou não em núcleos antigos/centros históricos, de reconhecido interesse cultural e identitário.</p> <p>Atendendo à pressão urbanística e populacional a que Odivelas foi sujeita nas últimas décadas, os valores patrimoniais aí existentes foram sendo integrados na envolvente ou constituíram obstáculos ao seu desenvolvimento, acabando por uma parte ser destruída e outra que resistiu às pressões, encontra-se atualmente ou com novos usos e valências ou sem ocupação.</p> <p>A síntese de informação de carácter histórico, deve continuar a constituir uma base para uma atualização continuada da informação, assim como de uma forma de motivação à proteção e valorização do património cultural existente.</p> <p>O município dispõe de imóveis, núcleos ou conjuntos urbanos de inequívoca consistência e valor patrimonial cultural, que correm no entanto riscos de se perderem se não forem atempadamente salvaguardados.</p>	<p>No âmbito da proposta do PDMO, a Linha de Desenvolvimento Estratégico que consiste em Reforçar o papel de Odivelas no contexto Metropolitano contempla integrar os espaços urbanos concelhios na rede urbana metropolitana e prevê valorizar os elementos patrimoniais de referência supra concelhia.</p> <p>Já a Linha de Desenvolvimento Estratégico que visa Qualificar Odivelas como espaço urbano e humanizado, contempla a valorização das zonas de interesse histórico e dos espaços de identidade local, enquadrados numa política de gestão dos imóveis e dos conjuntos.</p> <p>Por fim, a Linha de Desenvolvimento que visa Afiramar Odivelas como espaço de oportunidade, inclui a valorização dos elementos de lazer e cultura que integram ações de valorização patrimonial.</p> <p>A sistematização e actualização da informação referente ao património Arquitetónico e Arqueológico, incluindo mapas e fichas de caracterização, foi uma inegável mais-valia no âmbito da proposta do PDMO, que deverá ser perpetuada durante a implementação do Plano.</p>
		Identificação de imóveis com interesse patrimonial		
		Identificação de áreas arqueológicas		
		Normas de proteção e valorização do património arquitetónico, arqueológico e etnográfico		

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
QUALIDADE AMBIENTAL	Ar	Níveis de concentração dos poluentes SO <sub>2</sub> , NO <sub>x</sub> , Ozono e PM <sub>10</sub> no ar ambiente	O concelho de Odivelas, a par dos concelhos de Lisboa, Amadora e Oeiras, evidencia valores de emissão de poluentes atmosféricos por unidade de área mais elevados. Esta situação prende-se em grande medida com a densidade de tráfego rodoviário que se verifica no Concelho, face à sua reduzida dimensão no contexto da Grande Lisboa.	As propostas associadas à revisão do PDMO, que serão suscetíveis de originar efeitos positivos ao nível da qualidade do ar são:
		Número de excedências dos valores limite legalmente estabelecidos	Em termos de monitorização da qualidade do ar, verifica-se que Odivelas dispõe de uma estação de monitorização da qualidade do ar (Odivelas-Ramada), onde são monitorizadas as concentrações de dióxido de azoto (NO <sub>2</sub> ), ozono (O <sub>3</sub> ), partículas <10 µm (PM <sub>10</sub> ) e monóxido de carbono (CO), consistindo numa estação urbana, cuja fonte de emissão dominante é o tráfego rodoviário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aposta na melhoria da mobilidade através do aumento e melhoria da oferta de transportes públicos</li> <li>▪ Aposta na mobilidade não motorizada</li> <li>▪ Criação de variantes rodoviárias</li> <li>▪ Qualificação das áreas urbanas degradadas;</li> </ul>
Consumos de combustíveis por tipologia associado aos transportes públicos		Os resultados obtidos para a Estação de Odivelas relativos aos anos de 2008, 2009 e 2010 revelam que, de todos os poluentes aí analisados, apenas as partículas em suspensão e o ozono, registam excedências aos valores previstos na legislação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Qualificação das áreas industriais degradadas e realocização de instalações situadas na malha urbana</li> <li>▪ Disciplinar o estacionamento de veículos nos centros urbanos</li> <li>▪ Criar e delimitar áreas de cargas e descargas de mercadorias</li> </ul>	
Consumos globais de energia e estimativa de emissões de gases com efeito de estufa		Relativamente ao monóxido de carbono, verifica-se que as concentrações se situam muito abaixo do valor limite.  O ozono que constitui um poluente secundário, apresenta valores registados na estação de Odivelas-Ramada que revelam a ocorrência de excedências do valor alvo, embora o número de excedências não tenha ultrapassado o limite permitido.  Dos poluentes analisados na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar de Odivelas-Ramada, verificam-se excedências dos valores limite estabelecidos na legislação em vigor relativamente aos poluentes PM <sub>10</sub> e ao ozono.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar de uma estrutura ecológica municipal, designadamente na envolvente da CREL e da CRIL e ao longo das principais linhas de água;</li> <li>▪ Limitar a expansão urbana à ocupação de espaços intersticiais da malha urbana protegendo e valorizando as parcelas do território não urbanizado criando uma estrutura ecológica municipal.</li> </ul>	
QUALIDADE AMBIENTAL	Água	Qualidade das águas superficiais das principais ribeiras	O concelho de Odivelas insere-se na bacia hidrográfica do rio Trancão, sendo a principal linha de água que atravessa o território a ribeira da Póvoa, afluente do rio Trancão e a ribeira de Caneças/de Odivelas que é o principal afluente da ribeira da Póvoa.	As propostas da revisão do PDMO, que serão suscetíveis de originar efeitos positivos ao nível da qualidade das águas superficiais são:
		Consumos de água pelos serviços municipais por tipologia de uso	É atravessado por uma rede hidrográfica pouco densa e, de um modo geral, as linhas de água apresentam um caráter torrencial, ocasionalmente extravasando as suas margens.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Saneamento das Linhas de Água e Valorização Paisagística dos Espaços Ribeirinhos</li> <li>▪ Completar e renovar a cobertura de drenagem de águas residuais e erradicar descargas clandestinas nas linhas de água</li> </ul>
		População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	A ETAR de Frielas, localizada no Município de Loures e pertencente ao sistema "em alta" da SIMTEJO, S.A., é responsável pelo tratamento de todos os efluentes gerados no Município de Odivelas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Executar ou completar as Redes das AUGI ou ACRRU em falta</li> <li>▪ Completar as ligações das redes em baixa às redes em alta</li> </ul>

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
QUALIDADE AMBIENTAL		População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	Este sistema garante uma cobertura na ordem de 99% em relação à rede de drenagem e de 97% em relação ao tratamento das águas residuais, existindo ainda algumas carências embora em pequena percentagem nas freguesias de Caneças, Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Renovar e reestruturar as áreas de rede unitária de águas residuais</li> <li>Aproveitar a rede hidrográfica para implementar uma estrutura verde principal</li> <li>Recuperação das principais linhas de água</li> </ul>
	Água	<p>População servida por sistemas de tratamento de águas residuais</p> <p>Índice rede unitária / rede separativa de saneamento básico</p> <p>Nº de descargas de águas residuais nas linhas de água</p> <p>Extensão de linhas de água artificializadas</p> <p>Taxa de requalificação / implementação da galeria ripícola ao longo das linhas de água</p>	<p>Existem redes locais que efetuam descargas de efluentes diretamente para as linhas de água, mas que já estão identificadas e prevê-se estarem resolvidas a curto prazo.</p> <p>Verifica-se que as diversas linhas de água apresentam, em geral, problemas no que respeita à qualidade da água, fruto de se verificarem algumas descargas de esgotos diretamente para os cursos de água ou na rede de águas pluviais.</p> <p>Verifica-se que algumas AUGI's, especialmente as áreas críticas urbanas, estão deficitárias de adequado saneamento, verificando-se que a drenagem de águas residuais se faz para fossas sépticas ou diretamente para as linhas de água. As áreas urbanas mais vetustas carecem de renovação das redes de saneamento.</p> <p>De acordo com a informação disponibilizada no SNIRH, não existe qualquer estação de monitorização da qualidade da água ativa nas bacias hidrográficas, onde se insere o Concelho de Odivelas.</p>	
	Ruído	<p>Percentagem de área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas expostas a níveis sonoros superiores aos valores limite de exposição</p>	<p>De acordo com o Mapa do Ruído do Município de Odivelas, o tráfego rodoviário constitui a principal fonte de ruído na definição do ambiente sonoro do Município.</p> <p>Os eixos viários que geram níveis de ruído mais significativos são os eixos rodoviários principais – A9/CREL, IC17/CRIL, IC22, A8 e os eixos rodoviários estruturantes locais que se concentram sobretudo no centro do Concelho.</p> <p>Relativamente às vias rodoviárias locais, salienta-se a zona da Pontinha, zona circundante do Odivelas Parque, zona da Cidade de Odivelas e zona da Ramada, onde existem várias vias de tráfego rodoviário intenso que provocam níveis sonoros elevados em seu redor.</p> <p>Em relação ao ruído de tráfego ferroviário, este tem pouca expressão na área do Concelho de Odivelas, dado existir apenas uma linha-férrea.</p> <p>Relativamente ao ruído de tráfego aéreo, a influência no espaço do Concelho é, também, pouco significativa.</p>	<p>As principais fontes de ruído na área do Concelho de Odivelas, são o tráfego rodoviário.</p> <p>A análise efetuada às propostas associadas à revisão do PDMO, permite constatar que, de uma forma geral, não serão geradas novas situações de conflito do ponto de vista do ruído ambiente.</p> <p>Em contrapartida, as propostas associadas à revisão do PDMO, em termos estratégicos, são suscetíveis de originar efeitos positivos ao nível do ambiente sonoro perspetivando a diminuição da população exposta a níveis de ruído superiores aos limites legais.</p> <p>As propostas associadas à revisão do PDMO, que serão suscetíveis de originar efeitos positivos ao nível do ambiente sonoro são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A aposta na melhoria da mobilidade através do aumento e melhoria da oferta de transportes públicos</li> <li>A aposta na mobilidade não motorizada</li> </ul>

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
QUALIDADE AMBIENTAL	Ruído	Percentagem da população exposta a diferentes classes de níveis de ruído	Na elaboração da Carta de Ruído de Odivelas não foram consideradas as fontes de ruído industrial, visto não terem expressão no espaço do Concelho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A criação de variantes rodoviárias, permitindo reduzir o tráfego que atualmente atravessa os centros urbanos</li> <li>▪ A qualificação das áreas urbanas degradadas;</li> <li>▪ A qualificação das áreas industriais degradadas e realocização de instalações situadas na malha urbana</li> <li>▪ A disciplina no estacionamento de veículos nos centros urbano</li> <li>▪ A criação de uma estrutura ecológica municipal, designadamente na envolvente da CREL e da CRIL</li> <li>▪ Limitar a expansão urbana à ocupação de espaços intersticiais da malha urbana protegendo e valorizando as parcelas do território não urbanizado, criando uma Estrutura Ecológica Municipal;</li> <li>▪ A proposta de regulamento do PDM refere no artigo referente à gestão do ruído ambiente exterior, o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> <li>“...A gestão das operações urbanísticas deve verificar, previamente, que não estão sujeitos a, nem o seu impacte no local gerará, em termos de ruído ambiente exterior, valores superiores ao estabelecido no RGR...”</li> <li>“...Uma operação urbanística que se implante de forma limítrofe entre zonas de classificação distinta, rege-se pelos parâmetros da zona mais restritiva...”</li> <li>“...As situações existentes e as novas intervenções onde estejam identificadas ou sejam detetadas conflitualidades face ao RGR, devem ser objeto de avaliação e planos de redução de ruído, considerando-se ser prioritário intervir nas situações em que o ruído ambiente exterior exceda em mais de 5 dB(A) os valores limite fixados pela lei para a respetiva zona classificada...”</li> </ul> </li> </ul> <p>A proposta do PDMO e respetivo Regulamento permitem perspetivar que não serão geradas novas situações de conflito acústico e que a expansão urbana não se efetuará em zonas identificadas de conflito acústico nos termos do RGR.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ De acordo com a regulamentação geral o Concelho de Odivelas deve dispor de um mapa estratégico de ruído e respetivo plano de ação para a redução do ruído.</li> </ul>

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
QUALIDADE AMBIENTAL	Solo	Relação entre espaço público e espaço privado	<p>A massiva ocupação do território de Odivelas durante várias décadas, quer de forma espontânea e ilegal ou como produto de processos de loteamento / licenciamento desorganizados, teve como resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ um território densamente ocupado por espaços privados e construídos, cujos espaços públicos existentes se resumem a espaços intersticiais</li> <li>▪ uma elevada densidade populacional do concelho</li> <li>▪ uma quantidade pouco significativa de espaços públicos, face à necessidade por parte da população, e que muitas vezes se apresentam degradados e desarticulados</li> </ul> <p>Assim sendo, a escassez do recurso solo no concelho de Odivelas conduz a uma difícil e delicada gestão e aquisição por parte da Câmara, constituindo umas das principais preocupações do executivo.</p> <p>A EEM do concelho de Odivelas apresenta algumas debilidades, uma vez que existe uma fragmentação de espaços com potencial ambiental, alguns deles em situação de degradação e abandono, para além da sua fraca articulação com o espaço edificado, o que causa problemas à qualidade e às condições de habitabilidade do território.</p> <p>O sistema natural do concelho possui espaços de grande potencial ambiental, que poderão constituir ou integrar corredores verdes.</p>	<p>Deste modo, é evidente a relevância que as problemáticas do solo tiveram na formulação das estratégias para o desenvolvimento, equilíbrio e melhoria do ordenamento municipal.</p> <p>No que respeita à valorização do espaço público, Odivelas terá de empreender esforços significativos no domínio específico da gestão de resíduos atendendo ao elevado número de depósitos ilegais verificados, prevendo-se a realização de um conjunto de projetos/intervenções relevantes, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar estratégia municipal de gestão de resíduos;</li> <li>▪ Instalar um parque de deposição temporária e unidade de desmantelamento e fragmentação de veículos abandonados e em fim de vida (previsto para a UOPG 16 / Norte da Ramada).</li> </ul> <p>A proposta do PDMO contempla, para a criação de um sistema hierarquizado e contínuo de espaços públicos, as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ instituição e regulamentação de uma Bolsa Municipal de Solos</li> <li>▪ estabelecimento de medidas para a consolidação e interligação dos sistemas locais de espaços públicos</li> <li>▪ criação em áreas já consolidadas de “pockets parks” inseridos no</li> </ul>
		Área de depósitos de resíduos		
		Densidade populacional (hab/ha)		
		Percentagem de áreas que integrem a Estrutura Ecológica Municipal		
		Percentagem de áreas permeáveis no concelho		
		Áreas verdes per capita		
		Áreas de usos compatíveis com elevado “valor ecológico” dos solos		

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
QUALIDADE AMBIENTAL	Solo	Exclusão de áreas de RAN e REN	<p>No que respeita à estrutura verde urbana, esta corresponde a um sistema de áreas livres ordenadas ou não, revestidas com vegetação, que desempenham funções de proteção ambiental, de integração paisagística ou arquitetónica, ou de recreio, sendo constituída por espaços verdes urbanos.</p> <p>Os solos de muito elevado valor ecológico associados a maiores índices de fertilidade, representam uma quantidade reduzida, de cerca de 15%. Pela sua escassez devem ser preservados e protegidos por forma a ser assegurada a manutenção das suas propriedades e potencialidades, constituindo uma reserva estratégica para o concelho e contribuindo para a qualidade e equilíbrio ambiental das áreas adjacentes.</p> <p>Com o objetivo da sua preservação, conservação e/ou proteção, para além da sua afetação a atividades agrícolas, também a construção ou a constituição de espaços verdes que venham a integrar a estrutura ecológica municipal, constituem usos compatíveis, com o muito elevado valor ecológico destes solos.</p>	<p>interior da malha urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ganhar espaço público e qualificar em novas áreas, que serão programadas de raiz</li> </ul> <p>No que se refere à constituição de uma EEM, esta encontra-se em estreita articulação com o espaço edificado, sendo fundamental a manutenção da qualidade e das condições de habitabilidade deste. A proposta do PDMO propõe ainda um aumento dos espaços verdes urbanos, dando especial relevo ao parque urbano em volta da Área de Localização Empresarial Tecnológica de Famões, que integrará funções de proteção, enquadramento paisagístico e ecológico. Para além deste espaço, propõe a renaturalização das linhas de água e a criação de espaços verdes. Por fim, prevê para a Salvaguarda das áreas com elevado valor ecológico, a sua integração na EEM, enquanto Espaços Verdes de Proteção e Enquadramento.</p> <p>No que concerne à RAN foi efetuada uma atualização das manchas, tendo sido desafetadas, após inventariação, aquelas que apresentavam inutilização e as resultantes com a sobreposição com Proposta de Ordenamento do PDMO, o que correspondeu a aproximadamente 26 ha de área desafetada. A REN Final também foi atualizada tendo sido, à semelhança da RAN, efetuadas as exclusões com base no cruzamento entre a delimitação da REN Bruta e a proposta de Ordenamento de usos. Na tipologia a “Leitos dos cursos de água e Zonas ameaçadas pelas cheias” foram excluídos aproximadamente 28ha, o que corresponde a cerca de 20 % da área inicial, e na tipologia “Áreas com risco de erosão” foram excluídos aproximadamente 195ha, o que corresponde a cerca de 26% da área inicial.</p>
		Riscos Ambientais	Nº de exercícios do Plano Municipal de Emergência realizados	---



FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
RISCOS AMBIENTAIS	Cheias	Área cartografada inundada, por bacia / sub-bacias, em cheias de períodos de retorno de 25, 50, 100 e 500 anos	<p>Os impactes das cheias verificadas, estão associados à alteração da ocupação do solo, com relevância para o coberto vegetal, da topografia, dos leitos naturais das linhas de água e, conseqüentemente alteração de aspetos quantitativos do ciclo hidrológico. Entre as repercussões quantitativas é de salientar, o aumento dos caudais de ponta de cheia, em resultado do aumento da área impermeabilizada, bem como a posterior necessidade de regularização das linhas de água.</p> <p>Os riscos nos recursos hídricos superficiais, encontram-se predominantemente associados aos extremos hidrológicos, destacando-se entre eles as cheias.</p> <p>As cheias que se registaram na região do município de Odivelas, estão associadas normalmente à ocorrência de superfícies frontais, conjugando massas de ar polar com massas de ar tropical. As precipitações mais intensas são provocadas pela combinação de superfícies frontais, com influência da orografia e de processos convetivos, como foram os casos das cheias de Novembro de 1967, Novembro de 1983 e Fevereiro de 2008.</p> <p>O crescente aumento da impermeabilização dos solos das bacias hidrográficas, e a ocupação dos leitos de cheia tem vindo a criar condições para o aumento de frequência de cheias rápidas de curta duração, com caudais de ponta de cheia muito elevados e, frequentemente, com elevado transporte sólido.</p> <p>As áreas atingidas pelas cheias podem-se dividir em áreas localizadas nos vales das Ribeiras de Odivelas – Bairro de Santa Cruz da Urmeira e da Ribeira da Póvoa, nomeadamente nas zonas baixas da Póvoa de Santo Adrião e da Quinta da Várzea.</p> <p>Para além dos leitos de cheia das linhas de água encontram-se também identificadas zonas baixas, com declives inferiores a 3% com risco de cheias, constituindo zonas de concentração de águas superficiais resultantes do escoamento superficial em bacias adjacentes</p>	<p>As zonas de risco de cheias bem como aos pontos críticos de inundações urbanas correspondem às Zonas Inundáveis. Para estas zonas não foram propostas novas áreas de solo urbanizável.</p> <p>No entanto, existe sobreposição destas áreas de risco zonas de solo urbanizado consolidado e a zonas de solo urbanizado a reestruturar (Residencial a Reconverter e Atividades Económicas a Requalificar), para as quais existe um regime específico para além do que é definido no Artigo 56º do Regulamento do PDMO - ZONAS INUNDÁVEIS.</p> <p>Todavia a proposta de proteção destas zonas permitirá que se possa proceder à sua renaturalização, passando estas áreas a funcionar como âncora paisagística pelo menos de uma parte das zonas ribeirinhas do Concelho.</p>

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
RISCOS AMBIENTAIS	Erosão e Aluimentos	Evolução da área construída em zonas de risco geotécnico	<p>A erosão hídrica do solo é uma questão relevante uma vez que provoca a degradação e perda de um recurso natural fundamental para o suporte de vida.</p> <p>O Concelho de Odivelas apresenta uma grande variedade de situações geomorfológicas, com altitudes variando entre os 10 m na zona da Póvoa de Santo Adrião e os 350 m no extremo Norte do Concelho, e declives variando até valores superiores a 25%.</p> <p>De modo geral o declive acentua-se com a altitude, encontrando-se no entanto algumas zonas planálticas, nomeadamente nas serras da Amoreira e de Caneças.</p> <p>Sendo um território essencialmente urbano, em algumas zonas a ocupação humana tem potenciado os problemas de erosão.</p> <p>Os deslizamentos são o principal interveniente na dinâmica de evolução das vertentes do Concelho, sendo acelerada com a ação das precipitações, e agravada com as intervenções antropogénicas nos cursos das linhas de água e criação artificiais de taludes.</p> <p>A erosão por ravinamento, originada pelo escoamento superficial, possui também importante ação no desenvolvimento das vertentes do Concelho de Odivelas.</p> <p>Estas áreas, associadas a constituições geológicas menos consistentes e declives bastante acentuados, superiores a 25%, levam a situações preocupantes de instabilidade do solo, especialmente aquando do processo de edificação clandestina.</p>	<p>A vertente voltada a Norte (localizada a Sul do concelho entre as freguesias da Pontinha e do Olival Basto) constitui uma encosta com elevados declives, superiores a 25%, e com baixa estabilidade geotécnica, apresentando elevados riscos de erosão e de deslizamentos.</p> <p>Esta é uma das zonas mais problemáticas. Com efeito, esta encosta encontra-se densamente ocupada essencialmente por construções ilegais (bairros delimitados como AUGI), que não obedeceram a qualquer política de ordenamento.</p> <p>Estas áreas de risco de erosão e de aluimentos, em sede de proposta de PDMO encontram-se, por princípio, incluídas em classes de uso de solo rural. Nestas classes não é permitida a execução de novas construções ficando as construções existentes sujeitas a estatuto de Manutenção Temporária, com regime de gestão estabelecido em sede de Regulamento do PDMO, com o objetivo de erradicar estas construções.</p> <p>No entanto, as áreas edificadas delimitadas como AUGI, que possuam processo de legalização a decorrer na CMO e que ocupam as zonas de costeira, tiveram um tratamento diferente. A estas áreas incluídas em espaço de uso urbano e às edificações existentes, foi atribuído o estatuto de Manutenção Condicionada no Regulamento do PDMO, no qual só é possível a legalização das edificações existentes após a realização de estudos que justifiquem a não existência de risco para pessoas e/ou bens.</p> <p>De uma forma geral, as ações propostas no PDMO em termos de salvaguarda da estrutura ecológica do Concelho corresponderão a formas de minimização dos riscos inerentes às zonas de duvidosa segurança geotécnica e risco de erosão identificadas anteriormente.</p> <p>As ações que poderão ter maior relevância em relação a estes riscos serão aquelas que tenham uma tradução direta ao nível do uso do solo, condicionando formas de ocupação das áreas de risco que não sejam as mais adequadas.</p>

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
RISCOS AMBIENTAIS	Sismos	Evolução da área construída em zonas de risco geotécnico	<p>Na versão de trabalho do “Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico para a Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limitrofes” (PEERS-AML), é apresentado um cenário possível para um evento sísmico com Magnitude de 6.6/6.7 na AML e concelhos limitrofes, com epicentro no Vale Inferior do Tejo.</p> <p>O território de Odivelas, na sua maioria, apresenta um registo de intensidade sísmica de VII, havendo contudo a assinalar a existência de áreas com grau de intensidade VIII.</p> <p>As zonas descritas anteriormente são também descritas no PEERS-AML como áreas críticas de risco elevado de concentração de danos, com maior gravidade no extremo Sul da Freguesia da Pontinha.</p> <p>Pode concluir-se que o restante território a Norte de Odivelas é mais seguro que as áreas descritas anteriormente pelo facto de, embora sendo área crítica, ter um risco médio de concentração de danos.</p> <p>De assinalar ainda, a possibilidade de ocorrência de fenómenos de liquefação de terrenos face à ocorrência de sismos, nomeadamente nas faixas aluvionares ao longo das principais linhas de água e, como tal, coincidindo em parte com áreas inundáveis.</p>	<p>A proposta do PDMO integra um conjunto de ações que são relevantes quanto aos riscos sísmicos, nomeadamente aquelas que atuam ao nível dos padrões de ocupação das zonas de maior risco, bem como aquelas que se prendem com a requalificação do edificado existente e do espaço público.</p> <p>As áreas edificadas mais antigas ou mesmo aquelas que não sendo muito antigas têm uma génese ilegal são aquelas em que, à partida, se verificarão muito maiores probabilidades de não observação dos requisitos regulamentares destinados a conferir maior resistência sísmica às edificações, pelo que, não sendo razoável prever-se uma renovação integral do parque edificado nessas condições, todas as ações de requalificação serão relevantes, tanto mais se incidirem em zonas de maior densidade populacional.</p> <p>As áreas de Risco Sísmico de Liquefação de Solos tiveram por base um estudo de estabilidade de vertentes integrado no processo da REN. Estas áreas de risco sobrepõem-se a áreas de solo rural e urbano, correspondendo a uma mancha na várzea a Sul do Município. As áreas referidas estão sujeitas a um regime definido no Artigo 58º - RISCO SÍSMICO DE LIQUEFAÇÃO DE SOLOS, do Regulamento do PDMO.</p>
	Incêndios	Nº de incêndios florestais ocorridos anualmente	<p>No território de Odivelas as áreas florestais apresentam-se dispersas, distribuídas pelas freguesias de Pontinha, Póvoa de Santo Adrião, Ramada e Caneças, sendo que nesta última existe a maior área florestal – cerca de 152 hectares.</p>	<p>A proposta do PDMO contempla um conjunto de medidas pertinentes relativamente ao condicionamento das áreas de solo rural e de solo urbano com risco de incêndio florestal, alto ou muito alto e dos locais a elas contíguos, bem como no respeitante à gestão de combustível, tendo em vista a segurança contra incêndios florestais, pelo que se considera que as propostas do PDMO são positivas.</p>
	Incêndios	Área ardida (incêndios florestais) anualmente	<p>Atendendo à característica eminentemente urbana do Concelho de Odivelas, os incêndios urbanos constituem preocupação evidente, potenciada pela existência de bastantes pontos de contacto com as zonas de risco de incêndio florestal pela confrontação direta com o espaço rural, facto que concorre para o aumento da vulnerabilidade aos incêndios.</p> <p>Nas freguesias de Odivelas e Pontinha existem núcleos de habitações precárias com edificado em estado de degradação ou cujos métodos construtivos são vulneráveis aos incêndios, existindo com menor abundância nas freguesias de Olival Basto, Póvoa de Santo Adrião e Ramada. Todavia, o núcleo antigo de Caneças poderá ser fator de risco</p>	<p>A gestão dos riscos inerentes aos incêndios urbanos tem alguma semelhança com os riscos sísmicos, no que se prende com a atuação em zonas mais antigas e, no geral, em todas aquelas em que não tenham sido aplicados requisitos referentes à segurança contra incêndios tidos como adequados e em que, como tal, possam ser concretizadas ações de requalificação.</p> <p>As ações previstas na proposta do PDMO ao nível do enquadramento urbano de instalações que possam constituir perigo de incêndio (face aos processos e substâncias em causa) são consideradas como</p>

FCD	CRITÉRIOS	INDICADORES	QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
			Cenário 1 – Situação Atual (sem a implementação do PDMO)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas Expetáveis (com a implementação do PDMO)
RISCOS AMBIENTAIS		Nº de incêndios florestais ocorridos que afetem edificações	<p>pela proximidade a áreas florestais de dimensões consideráveis, a Norte.</p> <p>Os núcleos históricos também contribuem para o aumento da probabilidade de ocorrência de incêndios.</p> <p>É de referir também a proximidade das áreas urbanas a dispositivos com maior probabilidade de incêndio, como sejam, depósitos e postos de abastecimento de combustíveis e áreas industriais.</p>	<p>significativas.</p> <p>A matéria dos Riscos de Incêndio Florestal foi tratada em conformidade com as indicações legais e em articulação com o ICNF. Foram aprofundados os estudos referentes aos riscos de incêndios, na medida em que a equipa do PDMO procedeu à alteração do Mapa de Perigosidade de Incêndio incluído no PMDFCI.</p> <p>O regime relativo aos riscos de incêndio é definido no Artigo 57º - RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL.</p>
	Riscos Tecnológicos	<p>Evolução do nº de instalações de armazenagem e de abastecimento afetas a gases de petróleo liquefeitos, combustíveis líquidos e outros produtos derivados do petróleo, em Áreas Sujeitas a Prevenção de Riscos</p> <p>Evolução da área sujeita a intervenções de requalificação de antigas pedreiras</p>	<p>As áreas ocupadas com antigas pedreiras, concentram-se sobretudo na freguesia da Ramada, pontuando também o território de Famões e Caneças.</p> <p>As áreas industriais localizam-se sobretudo a Sul do Concelho, principalmente em duas zonas, a Quinta da Ulmeira e a área junto à rua Heróis de Chaimite.</p> <p>Os depósitos e postos de abastecimento de combustíveis, existem por todo o Município, sendo que há uma grande concentração dos depósitos de combustíveis dentro dos aglomerados urbanos, ao passo que os postos de abastecimento se encontram nos limites dos mesmos.</p>	<p>A proposta do PDMO contempla um conjunto de ações muito relevantes ao nível dos riscos tecnológicos, seja por requalificação de zonas industriais, criação de alternativas mais adequadas para a localização deste tipo de atividades ou realocização de algumas instalações.</p> <p>Estas ações permitem atuar sobre fatores mais relevantes em termos de probabilidade de ocorrência de situações adversas e sobre fatores relacionados com as consequências dessas situações.</p> <p>O Concelho de Odivelas não é considerado um território em que os riscos tecnológicos sejam particularmente graves, pelo que as ações referidas são globalmente positivas.</p>

## **6. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 58/2011, DE 04 DE MAIO**

As medidas de controlo, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio, avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do PDMO, a fim de identificar e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Estas medidas encontram-se previstas na versão final do RA, tendo sido estabelecidas em conformidade com o disposto na alínea f) do artigo 6.º do diploma anteriormente referido, destinando-se a *“...prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa”*.

Neste sentido, as medidas de controlo consistem nas medidas e recomendações de planeamento e gestão e de seguimento, que são apresentadas no capítulo 7. Síntese da Avaliação Estratégica, das quais grande parte se encontram contempladas na versão final da Proposta de PDMO, e que deverão ser consideradas durante a implementação do Plano.

### **6.1 MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES DE PLANEAMENTO E GESTÃO**

QUADRO 5 - SÍNTESE DAS MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

<b>Planeamento e Gestão</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Possibilitar o acesso à informação a todos os atores intervenientes, utilizando as melhores formas de divulgação e participação, nas tomadas de decisão e no processo de planeamento</li><li>▪ Implementar um SIG municipal interativo</li><li>▪ Desenvolvimento de ações de informação e sensibilização para a importância da participação da população no planeamento e nos projetos de desenvolvimento local</li><li>▪ Implementar um sistema municipal didático, para a promoção das práticas de participação pública</li><li>▪ Implementar mecanismos que privilegiem a coordenação, eficiência e agilização dos processos, através da melhoria da qualidade, da eficácia e da simplicidade dos atos regulamentares</li><li>▪ Reorganização dos serviços municipais de gestão e planeamento urbano, desenvolvendo uma estratégia concertada, alargando a esfera de conhecimento e ação dos técnicos</li><li>▪ Instituir e regulamentar a criação e a operacionalização de uma Bolsa Municipal de Solos</li><li>▪ Cumprir os princípios contidos no Plano Estratégico da Habitação 2008-2013 com vista à recuperação do parque habitacional degradado</li><li>▪ Deverão ser contemplados programas de reabilitação de antigas quintas existentes na freguesia de Caneças</li><li>▪ Programa de dinamização económica por via de espaços dedicados a iniciativas empresariais quer formalizados (ALE) quer em espaços no tecido urbano consolidado dirigido para atividades criativas e inovadoras</li><li>▪ Assegurar a requalificação de espaço público existente proporcionalmente à realização das intervenções urbanísticas propostas</li><li>▪ Assegurar a racionalização e integração da implementação da Lei da Acessibilidades</li><li>▪ Assegurar que as condições de circulação em TC no concelho sejam, pelo menos, equivalentes às verificadas no acesso a Lisboa</li><li>▪ Assegurar que as novas intervenções urbanísticas cumpram melhores critérios de conectividade relativamente aos verificados nas malhas urbanas existentes</li><li>▪ Adoção de indicadores máximos para o estacionamento privado, a calcular de acordo com uma política de desincentivo à utilização de transporte individual</li><li>▪ Implementação de uma rede de iluminação eficaz que cubra a totalidade dos espaços existentes e propostos</li><li>▪ Alargar a todos os equipamentos e espaços públicos do concelho informação / regulamentação relativa à segurança na sua utilização</li><li>▪ Criação programas de apoio e incentivo aos movimentos associativos existentes / a criar, tendo em vista a revitalização das atividades culturais e de lazer</li></ul>

### Planeamento e Gestão

- Fomentar dinamização das ruas de comércio tradicional
- Promover a atualização da Carta do Património Cultural Arquitetónico e Arqueológico do Município de Odivelas
- Promover a salvaguarda, preservação e valorização dos bens patrimoniais, integrando-os no desenho urbano da envolvente e atribuindo-lhes novos usos e valências compatíveis
- Contemplar a urgente valorização e abertura à fruição pública do conjunto formado pelo Convento de S. Dinis e sua envolvente que comporta um espólio cultural de interesse nacional
- Contemplar o desenvolvimento de um projeto inovador que vise a criação de um Roteiro da Água baseado na existência de elementos arquitetónicos de elevado potencial
- Desenvolver um estudo de qualidade do ar no sentido de identificar as situações mais críticas e as fontes de emissão de poluentes mais importantes
- Desenvolver um plano de gestão de tráfego
- Elaborar os planos de ação /planos de redução de ruído para o Concelho de Odivelas
- Estabelecer critérios específicos para o licenciamento de atividades industriais e empresariais, designadamente no que respeita à sua tipologia que poderá ser diferenciada em função da zona industrial em concreto
- Implementar um plano de poupança de água ao nível dos serviços camarários
- Complementar a rede de saneamento básico, assegurando uma cobertura de 100%
- Identificar as descargas diretas nas linhas de água e as ligações à rede pluvial e corrigir estas situações
- Regular e operacionalizar a Bolsa Municipal de Solos
- Estabelecimento de um regulamento municipal, que reforce a aplicação da Portaria nº 216-B/2008, de 3 de Março, no que concerne às áreas de cedência para espaços públicos
- Promover a recuperação dos espaços florestais degradados com vista à sua valorização quer em termos económicos quer ecológicos procurando o equilíbrio entre as funções sociais, económicas e ambientais proporcionadas por estes espaço
- Melhorar a oferta dos espaços florestais na área do turismo da natureza e do lazer
- Elaboração de estudos hidro-geológicos, onde são demarcadas as secções nas linhas de água, cujo fluxo tem um carácter torrencial, tendo em vista o enquadramento técnico dos projetos de valorização paisagístico das margens
- Instalação de estações pluviométricas e hidrométricas
- Libertação de espaços urbanizados em risco de cheia para facilitar a sua renaturalização
- Definição de um plano de ações permanentes de gestão e vigilância tendo em vista a proteção e valorização das zonas ribeirinhas e o amortecimento dos caudais de cheia
- Requalificação do edificado e do espaço público nas zonas urbanas identificadas como de maior risco de incêndio
- Relocalização ou reacondicionamento de instalações ou atividades indutoras de riscos tecnológicos
- Confirmação dos mecanismos de condicionamento da implantação de novos usos sensíveis em função dos riscos presentes no território
- Criação de mecanismos de gestão proactiva dos riscos ambientais no Concelho, com prioridade de prevenção dos fatores de risco e definição de planos de resposta a emergências

## 6.2 MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES DE SEGUIMENTO

As medidas ou recomendações para o seguimento, à implementação do PDMO revisto, visam essencialmente reduzir incertezas e otimizar os efeitos do Plano bem como, em particular, contribuir para a definição dos mecanismos necessários de controlo do bom desempenho de todos os envolvidos, no acompanhamento da implementação do PDMO revisto.

No Quadro seguinte para cada medida e recomendação de seguimento, está estabelecida uma meta a atingir, um indicador de avaliação de desempenho, uma periodicidade de calculo e quais as fontes de informação e entidades associadas, ao fornecimento de dados.

Deverá ficar bem claro que, um dos principais aspectos a ter em conta para garantir o sucesso da estratégia planeada no PDMO revisto, prende-se com a necessidade de estabelecer e assegurar uma cooperação intensa e continuada, entre todas as entidades envolvidas.

FCD	Crítérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e Recomendações de Seguimento	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Entidade Responsável / Outras Entidades ou Parceiros
GOVERNANÇA	Participação	Fomentar a participação pública	<p>Promover:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a cultura do diálogo e da participação na tomada de decisão;</li> <li>os fóruns de sensibilização para a prática de gestão urbana partilhada e participação pública;</li> <li>práticas quotidianas de envolvimento e participação no processo de planeamento e gestão e criação de comissões de acompanhamento e monitorização.</li> </ul>	1.º triénio	<p>Nº e tipologia de agentes envolvidos</p> <p>Formas de interação</p> <p>Grau de influência dos agentes na decisão</p>	Anual	<p><b>CMO</b></p> <p>Juntas de Freguesia/ População geral</p>
	Abertura	Facilitar o acesso à informação	<p>Reestruturação dos serviços municipais intervenientes no processo de gestão e planeamento urbano, desenvolvendo uma estratégia concertada, alargando a esfera de conhecimento e ação dos técnicos.</p> <p>Alargar o âmbito, desenvolver os conteúdos e dinamizar a plataforma de divulgação, informação e cooperação.</p>	1.º triénio	<p>Locais com informação disponível (físicos e virtuais)</p> <p>Iniciativas de divulgação e informação</p>	Anual	<p><b>CMO</b></p> <p>Juntas de Freguesia</p>
	Eficácia	Simplificação e desmaterialização de processos	Alargar o âmbito, desenvolver os conteúdos e dinamizar a plataforma de divulgação, informação e cooperação.	1.º triénio	Funcionalidades suportadas por novas tecnologias de comunicação e informação.	Anual	<p><b>CMO</b></p> <p>Juntas de Freguesia</p>
	Coerência	Aumentar o rigor das localizações e, em consequência, da delimitação dos espaços					
	Responsabilização	Partilha da Responsabilidade	<p>Instituir mecanismos e redes de acompanhamento e de monitorização das práticas de boa governança.</p> <p>Instituir gabinetes de regulamentação das práticas de participação pública.</p>	1.º triénio	Grau de articulação dos agentes envolvidos	Anual	<p><b>CMO</b></p> <p>CCDR-LVT / Juntas de Freguesia</p>
SOCIOECONOMIA	Coesão social	Diminuir as assimetrias socio-territoriais	<p>Monitorizar o reforço da rede de equipamentos (primeira infância, terceira idade, desporto e saúde) que privilegie uma distribuição equitativa a toda a população.</p> <p>Aproveitamento do parque habitacional devoluto e/ou devoluto.</p> <p>Adesão da população à oferta de habitação a custos controlados.</p>	1.º triénio	Distribuição intra-concelhia dos beneficiários do RSI	Anual	<p><b>CMO</b></p> <p>Juntas de Freguesia</p>
		Aumento da oferta de emprego	<p>Aumento do emprego e o reforço do empreendedorismo.</p> <p>Criação espaços empresariais e industriais competitivos.</p>	2.º triénio	<p>Residentes empregados no Concelho</p> <p>Não residentes empregados no Concelho</p>	Bianual	<p><b>CMO</b></p> <p>Juntas de Freguesia / Associações empresariais e industriais</p>

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e Recomendações de Seguimento	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Entidade Responsável / Outras Entidades ou Parceiros
SOCIOECONOMIA	Coesão social	Promoção dos sistemas de educação, formação e inserção profissional	Reforço da Rede Escolar e conseqüente aumento da qualificação média da população. Monitorizar o aumento da qualificação e formação profissional média da população.	1.º triénio	Alunos matriculados em cursos profissionais	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia Entidades desconcentradas da administração central ou a ela ligadas de algum modo
		Criação de novos equipamentos coletivos	Monitorizar o reforço da rede de equipamentos (primeira infância, terceira idade, desporto e saúde) que privilegie uma distribuição equitativa a toda a população.	1.º triénio	Equipamentos dirigidos aos jovens e idosos	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia/ Movimento associativo e cooperativo/ ONGD
		Qualificação do parque residencial	Aproveitamento do parque habitacional devoluto.	2.º triénio	Licenciamentos para obras de reabilitação urbana / arquitetónica	Bianual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia
	Competitividade	Incrementar a competitividade e atratividade do município no contexto da área metropolitana	Criação espaços empresariais e industriais competitivos. Requalificação das áreas industriais existentes. Adesão da população à oferta de habitação a custos controlados.	2.º triénio	Área disponível para acolhimento de iniciativas empresariais Peso das profissões socialmente mais valorizadas Taxa de Iniciativa empresarial Peso das empresas de I&D Variação do Índice de Poder de Compra	Bianual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / Associações empresariais e industriais
AMBIENTE URBANO	Requalificação	Qualificação dos espaços públicos de lazer e circulação	Assegurar a requalificação do espaço público existente, proporcionalmente à realização das intervenções propostas.	1.º triénio	Área de Espaço público – praças e arruamento – requalificado	Anual	<b>CMO</b>
		Remoção de barreiras arquitetónicas no espaço e edifícios públicos	Assegurar a racionalização e integração da implementação da Lei da Acessibilidade	2.º triénio	Extensão dos Percursos Acessíveis Número de espaços intervencionados na remoção de barreiras arquitetónicas	Bianual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia
		Promoção da reabilitação habitacional e patrimonial	Avaliar a (re)qualificação urbana mediante a concretização de obras particulares, objetivadas pelas intervenções urbanísticas no quadro traçado para as diversas UPG.	2.º triénio	Total de Licenças concedidas (edifícios) pela CM para reconstruções	Anual	<b>CMO</b> Promotores Privados



FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e Recomendações de Seguimento	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Entidade Responsável / Outras Entidades ou Parceiros
AMBIENTE URBANO	Requalificação	Promover a Requalificação Urbana de áreas degradadas de risco ou de génese ilegal	Articulação das intervenções urbanísticas através de parcerias público-privadas	2.º triénio	Total de Intervenções Urbanísticas (Reabilitação / Qualificação / Integração / Consolidação) Concluídas	Bianual	<b>CMO</b> Promotores Privados
	Mobilidade	Facilitar a mobilidade intra-concelhia	Coordenação, articulação e promoção da estratégia metropolitana de transportes.	2.º triénio	Relação entre a Velocidade média em transporte público verificada no concelho e do concelho para Lisboa	Bianual	<b>CMO</b> AMTL
		Promoção dos modos suaves	Favorecer a mobilidade não motorizada.	2.º triénio	Extensão de vias cicláveis e pedonais	Bianual	<b>CMO</b>
		Incentivar o recurso ao TC	Assegurar uma boa cobertura espacial, frequência e articulação da rede de transportes coletivos. Promover a transferência modal do TI para o TC de 5%.	2.º triénio	Transferência de TI para TC (%) Nº de nós intermodais e tipologia (diversidade) de transportes localizados Relação entre as deslocações em transportes individual e coletivo	Anual	<b>CMO</b> AMTL / Operadores de TC
	Segurança	Fornecer localmente informação visando a segurança no uso de equipamentos e espaços públicos.	Monitorização da extensão de equipamentos e espaços públicos no concelho dotados de informação / regulamentação relativa à segurança na sua utilização.	2.º triénio	Percentagem de equipamentos e espaços públicos cobertos por informação de segurança	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / PSP
		Melhorar a visibilidade e iluminação dos espaços públicos	Monitorização dos espaços públicos abrangidos por uma rede de iluminação eficaz.	1.º triénio	Extensão das áreas intervencionadas	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / PSP
		Demarcação dos espaços de circulação e espaços pedonais e atravessamento	Registo das ocorrências no que respeita à criminalidade e à sinistralidade.	1.º triénio	Criminalidade denunciada Sinistralidade registrada	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / PSP
	Revitalização	Promoção das práticas culturais, de recreio e lazer	Promoção de programas de apoio e incentivo aos movimentos associativos existentes / a criar, que favoreçam a revitalização das atividades culturais e de lazer	1.º triénio	Frequência dos equipamentos culturais Participantes em eventos realizados de cariz cultural, recreativo ou de lazer	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / Movimentos ou associações culturais e recreativas

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e Recomendações de Seguimento	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Entidade Responsável / Outras Entidades ou Parceiros	
AMBIENTE URBANO	Revitalização	Criação de espaços de empreendedorismo e inovação	Reforço de iniciativas que favoreçam o empreendedorismo.	1.º triénio	Presença de atividades de inovação e criatividade	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / Associações empresariais e industriais	
		Reforço do tecido comercial e de restauração	Dinamizar as ruas de comércio tradicional.	1.º triénio	Estabelecimentos de comércio a retalho e restauração, de proximidade, por 1000 hab	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / Associações de Comerciantes	
		Apoio ao movimento associativo	Promoção de programas de apoio e incentivo aos movimentos associativos existentes / a criar, que favoreçam a revitalização das atividades culturais e de lazer	1.º triénio	Associações culturais, desportivas e recreativas com atividade regular, por 1000 habitantes.	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / Movimentos ou associações culturais e recreativas	
		Estímulo ao repovoamento dos centros tradicionais	Iniciativas de promoção e revitalização do parque habitacional dos centros tradicionais.	1.º triénio	População residente nas áreas centrais	Bianual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / IHRU	
	Saúde	Limitação das fontes de poluição	Promoção do conforto bioclimático	Implementação de práticas de vivência urbana saudável	1.º triénio	Níveis de concentração dos poluentes SO <sub>2</sub> , NO <sub>x</sub> , Ozono e PM <sub>10</sub> no ar, ambiente	Anual	<b>CMO</b> CCDR-LVT / Juntas de Freguesia
						Percentagem da população exposta a diferentes classes de níveis de ruído		
						Espaços verdes públicos per capita		
						Rácios médicos por 100 000 habitantes		
	Saúde	Promoção de estilos de vida saudáveis				Extensão de ruas arborizadas		
						Lugares de estacionamento para velocípedes		

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e Recomendações de Seguimento	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Entidade Responsável / Outras Entidades ou Parceiros
PATRIMÓNIO CULTURAL	Património Arquitetónico e Arqueológico	Financiamentos destinados à preservação e valorização do Património Arquitetónico e Arqueológico	Rever e manter atualizada a informação presente na Carta do Património Cultural Arquitetónico e Arqueológico do Município de Odivelas e respetivas Fichas de Caracterização.	2.º triénio	Imóveis classificados ou em vias de classificação	Bianual	<b>CMO</b> <b>DGPC</b> / Juntas de Freguesia / Movimentos ou Associações Culturais e de Defesa do Património
		Investimentos na transformação do património arquitetónico e arqueológico em produto turístico	Promover projetos que apostem na salvaguarda, preservação e valorização da memória histórica e do património cultural.		Identificação de imóveis com interesse patrimonial		
		Promover a divulgação do património cultural entre os cidadãos	Promover a continuidade/ constituição de Movimentos ou Associações Culturais e de Defesa do Património Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização cultural e patrimonial.		Identificação de áreas arqueológicas		
		Valorização e preservação do património etnográfico	Elaboração/implementação da rede de percursos que integrem, nomeadamente, a Rota da Água	1.º triénio	Normas de proteção e valorização do património arquitetónico, arqueológico e etnográfico	Anual	<b>CMO</b> Juntas de Freguesia / População em geral  <b>CMO</b> Juntas de Freguesia
QUALIDADE AMBIENTAL	Ar	Redução da poluição do ar face ao modelo de rede viária e mobilidade	Desenvolvimento de um estudo de qualidade do ar. Monitorização da qualidade do ar no que respeita aos poluentes SO2, Nox, Ozono e PM10. Elaboração e implementação de um plano de gestão de tráfego.	2.º triénio	Níveis de concentração dos poluentes SO2, NOx, Ozono e PM10 no ar ambiente	Bianual	<b>CMO</b> CCDR-LVT / APA
		Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa			Número de excedências dos valores limite legalmente estabelecidos		
		Reduzir a vulnerabilidade e os efeitos de alterações climáticas			Consumos de combustíveis por tipologia associado aos transportes públicos		
		Consumos globais de energia e estimativa de emissões de gases com efeito de estufa					
	Água	Diminuir os níveis de poluição da água	Estabelecimento de critérios específicos para o licenciamento de atividades industriais e empresariais, designadamente no que respeita à sua tipologia	3.º triénio	Qualidade das águas superficiais das principais ribeiras	Bianual	
Aumentar a eficiência do consumo de água		Implementar um plano de poupança de água ao nível dos serviços camarários Complementar a rede de saneamento básico	Consumos de água pelos serviços municipais/tipologia de uso				

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e Recomendações de Seguimento	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Entidade Responsável / Outras Entidades ou Parceiros
QUALIDADE AMBIENTAL	Água	Aumentar a cobertura com tratamento de águas residuais	assegurando uma cobertura de 100% Identificar as descargas diretas nas linhas de água e as ligações à rede pluvial e corrigir estas situações conduzindo os esgotos à rede de saneamento	3.º triénio	População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	Bianual	CMO CCDR-LVT / APA
		Melhorar o funcionamento hidráulico e ecológico da rede hidrográfica			População servida por sistemas de drenagem de águas residuais		
					População servida por sistemas de tratamento de águas residuais		
	Manter e recuperar processos ecológicos chave	Índice rede unitária / rede separativa de saneamento básico					
		Nº de descargas de águas residuais nas linhas de água					
		Extensão de linhas de água artificializadas					
Ruído	Contenção e redução dos níveis de exposição da população ao ruído ambiente exterior	Atualização dos mapas de ruído e elaboração de planos de redução do ruído Elaboração e implementação de um plano de gestão de tráfego	1.º triénio	Percentagem de área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas expostas a níveis sonoros superiores aos valores limite de exposição	Anual	CMO CCDR-LVT / APA	
				Percentagem da população exposta a diferentes classes de níveis de ruído			
Solo	Criação de um sistema hierarquizado de espaços públicos	Monitorização da proporção de espaço público vs espaço privado	1.º triénio	Relação entre espaço público e espaço privado	Semestral	CMO	
	Irradicação de depósitos ilegais de resíduos	Monitorização da diminuição das áreas de depósitos de resíduos ilegais Implementar estratégia municipal de gestão de resíduos	1.º triénio	Área de depósito de resíduos	Anual	CMO OGR	

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e Recomendações de Seguimento	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Entidade Responsável / Outras Entidades ou Parceiros
QUALIDADE AMBIENTAL	Solo	Constituição da Estrutura Ecológica Municipal	Articulação ao nível dos planos supra-municipais, regionais e/ou nacionais, da estrutura ecológica com a Rede Ecológica Metropolitana Gestão da afetação e dos usos do solo integrados na EEM	1.º triénio	Percentagem de áreas que integrem a Estrutura Ecológica Municipal	Anual	<b>CMO</b> CCDR-LVT
		Aumentar os Espaços Verdes Urbanos	Monitorização dos rácios de Espaços Verdes por habitante no concelho Odivelas, atendendo aos valores de referência.	1.º triénio	Percentagem de áreas permeáveis no concelho Áreas verdes per capita	Anual	<b>CMO</b>
		Salvaguarda das áreas com “valor ecológico”	Monitorização da evolução das áreas do solo com elevado valor ecológico	1.º triénio	Áreas de usos compatíveis com elevado “valor ecológico” dos solos Exclusão de áreas de RAN e REN	Anual	<b>CMO</b> CCDR-LVT
RISCOS AMBIENTAIS	Riscos Ambientais	Implementar a Carta de Riscos Ambientais e do Plano Municipal de Emergência	Criação de um registo de ocorrências relacionadas com riscos ambientais, destinado a suportar a política do Município na sua gestão.	1.º triénio	Nº de exercícios do Plano Municipal de Emergência realizados	Anual	<b>CMO</b> ANPC / SEPNA
	Cheias	Prevenir e mitigar a ocorrência do risco de cheia	Libertação de espaços urbanizados em risco de cheia para facilitar a sua renaturalização; Definição do cronograma para execução das obras de regularização fluvial e amortecimento das cheias; Execução das obras de regularização fluvial e de amortecimento dos caudais de ponta de cheia; Instalação de estações pluviométricas e hidrométricas para monitorização das precipitações e dos caudais de ponta de cheia.	1.º triénio	Área cartografada inundada, por bacia / sub-bacias, em cheias de períodos de retorno de 25, 50, 100 e 500 anos	Anual	<b>CMO</b> APA (ARH Tejo)
	Erosão e Aluimentos	Prevenir e mitigar a ocorrência dos riscos de erosão e deslizamentos, mediante: ▪ Práticas adequadas de utilização e conservação do solo ▪ Aumentar os níveis de proteção do solo	Monitorização das zonas identificadas como de “Duvidosa Segurança Geotécnica”; Realojamento e renaturalização das zonas com maiores riscos de erosão e aluimento de terras.	1.º triénio	Evolução da área construída em zonas de risco geotécnico	Anual	<b>CMO</b> ANPC

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e Recomendações de Seguimento	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Entidade Responsável / Outras Entidades ou Parceiros
<b>RISCOS AMBIENTAIS</b>	Sismos	Mitigar as consequências da ocorrência de um evento Sísmico, mediante condicionamento de construção em áreas sujeitas a processos de liquefação	Monitorização das zonas identificadas como de “Duvidosa Segurança Geotécnica”.	1.º triénio	Evolução da área construída em zonas de risco geotécnico	Anual	<b>CMO</b> ANPC
	Incêndios	Prevenir e mitigar as consequências da ocorrência de Incêndios	Implementação de mecanismos de registo e análise das áreas de risco de incêndio e identificação de ações preventivas e corretivas.	1.º triénio	Nº de incêndios florestais ocorridos	Anual	<b>CMO</b> ANPC /SEPNA / Corporações de Bombeiros
					Área ardida (incêndios florestais)		
Riscos Tecnológicos	Prevenir e mitigar as consequências da ocorrência de acidentes com matérias perigosas e em antigas pedreiras	Implementação de mecanismos de registo e análise das áreas sujeitas a riscos tecnológicos e identificação de ações preventivas e corretivas.	1.º triénio	Evolução do nº de instalações de armazenagem e de abastecimento afetadas a gases de petróleo liquefeitos, combustíveis líquidos e outros produtos derivados do petróleo, em Áreas Sujeitas a Prevenção de Riscos.	Anual	<b>CMO</b> ANPC /SEPNA / Corporações de Bombeiros	
				Evolução da área sujeita a intervenções de requalificação de antigas pedreiras.			